

PEDRO PABLO MEDEIROS FARIAS

GYPSIES, TRAMPS AND THIEVES: UMA REVISÃO HISTÓRICA, SOCIAL E JURÍDICA DO DESAMPARO AOS CIGANOS NO BRASIL

Rio de Janeiro, novembro de 2020.

**FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
ESCOLA DE DIREITO FGV DIREITO RIO
GRADUAÇÃO EM DIREITO**

PEDRO PABLO MEDEIROS FARIAS

***GYPSIES, TRAMPS AND THIEVES: UMA REVISÃO HISTÓRICA, SOCIAL E
JURÍDICA DO DESAMPARO AOS CIGANOS NO BRASIL***

Trabalho de conclusão de curso, sob orientação do professor Leandro Molhano Ribeiro, apresentado à FGV DIREITO RIO como requisito parcial para obtenção do grau de bacharel em Direito.

Rio de Janeiro, dezembro de 2020.

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
ESCOLA DE DIREITO FGV DIREITO RIO
GRADUAÇÃO EM DIREITO**

Título do trabalho: *Gypsies, Tramps and Thieves*: uma revisão histórica, social e jurídica do
desamparo aos ciganos no Brasil

Elaborado por Pedro Pablo Medeiros Farias

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à FGV DIREITO RIO
como requisito parcial para obtenção do grau de bacharel em Direito.

Comissão Examinadora:

Nome do orientador: Leandro Molhano Ribeiro

Nome do Examinador 1: Rodrigo Corrêa Teixeira

Nome do Examinador 2: Elisa Cruz

Assinaturas:

Leandro Molhano Ribeiro

Rodrigo Corrêa Teixeira

Elisa Cruz

Nota Final: _____

Rio de Janeiro, _____ de _____ de 20 ____.

RESUMO

Este ensaio se propõe a analisar, ainda que sem exaurir o tema, os dilemas históricos, sociais e jurídicos enfrentados pelos ciganos brasileiros. É sabido que desde o momento no qual se originam, estes povos enfrentarão, em considerável parte das ocasiões, o rechaço das sociedades com as quais tiveram contato. Ao chegar no Brasil, o que se estima ter sido ao final do século XVI, a recepção aos ciganos não foi muito diferente daquela na península ibérica: os preconceitos e a repressão estatal vivenciados pelos povos em questão parecem haver sido importados em sua integralidade. Ainda que os paradigmas e princípios do ordenamento jurídico tenham passado por alterações com o avançar do tempo, os resquícios de uma marginalização histórica ainda cobram preço na vida dos povos ciganos. Ao longo deste ensaio, serão apresentados algumas especificidades do racismo brasileiro que, por fim, sugerem dilemas distintos àqueles vividos pelo grupo em outras jurisdições. É tão somente após quatrocentos anos de presença cigana no país que, com a Constituição de 1988, um mínimo de amparo parecer ser-lhes assegurado. Em vigor e acrescida da efervescência do ativismo pró-minorias, surge, em 2015, a possibilidade de criar um marco legal de proteção aos ciganos. Com o "Estatuto do Cigano" em elaboração, apesar da importância do instrumento na consecução dos nobres fins aos que se propõe, o marco representa apenas o início de uma longa travessia rumo à igualdade e o reconhecimento do cigano como sujeito ativo da história doméstica.

Palavras chave: Povos ciganos. Ciganos brasileiros. Direito Constitucional. Marginalidade. Minorias. Políticas públicas.

RESUMEN

Este ensayo se propone a analizar, aunque de manera no exhaustiva, los dilemas históricos, sociales y jurídicos enfrentados por los gitanos brasileños. Es cierto que desde el momento en el que se origina, este pueblo enfrentará, en considerable parte de las ocasiones, el rechazo de las sociedades con las cuales han tenido contacto. Cuando llegan a Brasil, lo que se estima haber ocurrido a fines del siglo XVI, los gitanos no perciben mucha diferencia a lo experimentado en la península ibérica: los prejuicios y la represión estatal ante el pueblo parecen haber sido "importados" de forma integral. Aunque los paradigmas y principios del ordenamiento jurídico cambian con el avance del tiempo, los resquicios de la marginación histórica aún cobran el precio en la vida del pueblo gitano. Se presentarán al largo de este ensayo algunas especificidades del racismo brasileño que, al fin y al cabo, aportan, en el país, dilemas distintos a los vividos por este grupo en otras jurisdicciones. Trás cuatrocientos años de su presencia en Brasil, es tan solo con la Constitución de 1988 que se les brinda un mínimo de amparo. En su vigor, añadida de la efervescencia de movimientos de activismo social para las minorías, surge, en el 2015, la posibilidad de crear un marco legal de protección a los gitanos: el *"Estatuto do Cigano"*. A pesar de que se manifieste como notable instrumento a los nobles fines a los que se propone, representa apenas el inicio de una larga travesía rumbo a la igualdad y el reconocimiento del gitano como un actor relevante en la historia del país.

Palabras clave: Pueblo gitano. Gitanos brasileños. Derecho Constitucional Brasileño. Marginación. Minorías. Políticas públicas.

AGRADECIMENTO

Me reservo a parecer *cliché* e agradeço imensamente aos Gipsy Kings. Sendo bem franco, provavelmente fora toda a conotação romântica (trocadilho intencional) da obra desses senhores que selou meu interesse definitivo, já alimentado pelas experiências colhidas ao longo de toda minha vida, de me aproximar dos Roma e sua cultura. Não à toa, cada seção e capítulo deste trabalho foi nomeado com uma de suas canções, que acabam refletindo, pela música, o que será abordado adiante.

Agradeço ao meu pai, que me proporcionou sentir ao longo da minha infância um pouco da vivência de um Roma, guardadas as devidas proporções.

À Devra Baltar, minha grandíssima amiga, que com seu sangue certamente "*gitano*" tanto me fez admirá-la e me inspirou a pesquisar sobre o tema.

Estendo meus agradecimentos aos queridos mestres que toparam me acompanhar nessa jornada "incomum", ainda mais para um acadêmico brasileiro da área jurídica. Não posso deixar de mencionar o Calon Wanderley e Diane Biam, da Associação Nacional das Etnias Ciganas que nunca hesitaram em abrir suas portas para que eu pudesse me informar melhor.

Por último, ao indivíduo que proferiu a nobre frase "*suerte con el visado*" quando eu e um amigo, na saída de uma festa, não demos a mínima atenção para o senhorito que esbanjava o seu fétido "português". Certamente me serviu de inspiração para escrever este trabalho.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	8
SEÇÃO 1 - “ <i>GITANO SOY</i> ” QUEM SÃO OS ROMA E ONDE ESTÃO: NA HISTÓRIA E NA CONTEMPORANEIDADE	
CAPÍTULO 1: “ <i>CAMINO</i> ”: DA ÍNDIA À PENÍNSULA IBÉRICA - BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE A HISTÓRIA E CONTEMPORANEIDADE DOS ROMA.	13
CAPÍTULO 2 - “ <i>BOSSAMBA</i> ” OS ROMA BRASILEIROS.....	21
CAPÍTULO 3: “ <i>SOLEDA</i> D” INVISIBILIDADE E DISCRIMINAÇÃO.....	28
SEÇÃO 2 - “ <i>TRISTA PENA</i> ”: O ESTADO E O Roma	
CAPÍTULO 4 - “ <i>OLVIDADO</i> ” AS CONSTITUIÇÕES BRASILEIRAS E O ROMA: O CAMINHO ATÉ 1988.....	32
CAPÍTULO 5 - “ <i>VOLARÉ</i> ”: A PLS 248/2015, O ESTATUTO DO CIGANO	37
CAPÍTULO 6 - “ <i>FAENA</i> ” - O QUE EXPLICA TANTOS ANOS DE CASTIGO?.....	47
SEÇÃO 3 - “ <i>RUPTURA</i> ”: CONCLUSÃO.....	50
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	52

INTRODUÇÃO

Ao analisarmos um instituto legal eminentemente vinculado com uma realidade social, tal como a discutida no presente trabalho, inócuo é o estudo que concentra seu esforço intelectual singularmente numa área de conhecimento. A ordem jurídica deve ser entendida e interpretada como produto necessário da associação entre direito e sociedade, vez que cada fator desta relação pressupõe e sustenta a existência do outro.

Não se vislumbra salutar relação entre indivíduos donde não se faça presente um apanhado de princípios e normas, mesmo que implícitas. A construção teórica do contrato social nasce a partir disto, sob a ótica do jusnaturalismo. De outro lado, onde não se encontrem relações humanas, desnecessária a existência de códigos, de quaisquer tipos, que objetivem norteá-las.

Assumido verdadeiro o preceito aristotélico de que ao homem interessa viver em sociedade, deve o Direito, ao que pretende guiar comportamentos sociais, atender, pelo menos, a esta máxima. É dizer que, necessariamente, terá de satisfazer a expectativa de permitir ou facilitar a vida em sociedade, cada qual com seus interesses.

Entendo ser primordial partirmos da prévia discussão como justificante das análises que serão empreendidas ao longo do trabalho. Ao tratarmos de um instrumento que almeja evidenciar um grupo de etnias como meritórias de um tratamento diferenciado por parte do Estado, por sua posição histórica e sociológica no contexto brasileiro¹, faz-se indispensável uma abordagem não unicamente jurídica, mas que compreenda tais disciplinas. Afinal, de nada serve introduzir um conjunto de normas que não traduzam uma realidade social que lhe justifique. Sob o ponto de vista de Paulo Nader:

“Direito e sociedade são entidades congênicas e que se pressupõem. O Direito não tem existência em si próprio. Ele existe na sociedade. A sua causa material está nas relações de vida, nos acontecimentos mais importantes para a vida social. A sociedade, ao mesmo tempo, é fonte criadora e área de ação do Direito, seu foco de convergência. Existindo em função da sociedade, o Direito

¹ Adentra-se no componente internacional dessa discussão no desenvolver do trabalho, tendo as características da discussão aqui elaborada.

deve ser estabelecido à sua imagem, conforme as suas peculiaridades, refletindo os fatos sociais, que significam, no entendimento de Émile Durkheim, maneiras de agir, de pensar e de sentir, exteriores ao indivíduo, dotadas de um poder de coerção em virtude do qual se lhe impõem” (NADER, pp. 25-26).²

Apesar de não ser ponto focal deste trabalho discutir as diferentes escolas que procuraram entender o fenômeno jurídico, reconhecer que este possui uma relação ambivalente com o fenômeno social acaba por justificar a multidisciplinaridade que será apresentada ao longo deste trabalho.

Nesse sentido, valioso o ensinamento de Alysson Leandro Mascaro³:

O direito apresenta-se como um vasto campo de relações que devemos analisar e, para isso, são necessárias inúmeras ciências que venham, em conjunto e aglutinadas entre si, definir certos objetos que historicamente possam ser nomeados por “jurídicos”, e a partir daí entender suas razões estruturais. É preciso reconhecer que a técnica que permeia as normas jurídicas é grande parte desses objetos, mas não tudo. Por isso uma ciência do direito ou é um conhecimento amplo, dialético, envolvendo várias ciências e analisada dentro da história social, ou então ela será um conhecimento empobrecido, meramente técnico e restrito. (ALYSSON, 2013, p.36)

Muito antes da gênese das organizações políticas, os homens já firmavam convênios entre si, capazes de viabilizar as primeiras experiências da vida em sociedade⁴. A norma, com o progresso do tempo, evoluiu para perfazer diferentes necessidades frente à novas realidades sociais. Fosse a salvaguarda da integridade física ou moral dos indivíduos, a satisfação das expectativas divinas ou a proteção da propriedade e do comércio, cada experiência encampou um conjunto de normas, à raiz de uma vontade, que pretenderam conformar o comportamento em sociedade.

Vez formado o Estado, seguiram-lhe constantes debates sobre suas atribuições. Diferentes concepções prevaleceram durante diversos momentos históricos e, notadamente após a Segunda Guerra Mundial e a Ditadura Militar, experimenta-se um redesenho que acabou por inspirar a Constituição de 1988, encarnando o desejo de estruturar um Estado de bem-estar social. A cidadania e a dignidade da pessoa humana, conceitos que se entrelaçam e caracterizam-se por sua co-

² NADER, Paulo. 2001. Op. Cit. pp.. 25-26.

³ MASCARO, Alysson. 2013. Op. Cit. p. 36

⁴ ROUSSEAU, Jean-Jacques. Do contrato Social, Livro I, Cap. V. 1762.

dependência, adquiriram especial relevância no desenho constitucional e na sua interpretação⁵. Num fenômeno que se traduz ao redor do mundo, o gozo de uma vida satisfatória e digna, mesmo a nível pessoal, guarda profundo vínculo com a fruição de direitos no âmbito da coletividade, enfim, na sociedade. E é justamente nisto que nasce o tema do nosso trabalho.

Nos debruçaremos sobre um grupo de etnias que no contexto narrado acima procurou, por iniciativa própria, conceber um marco legal apto a mitigar uma defasagem histórica na fruição desse direitos. Os “ciganos” são mais um daqueles povos esquecidos na sociedade brasileira. E à exemplo de outras minorias, como os quilombolas e os povos indígenas, procuram, por meio de um projeto de lei, a PLS 248, criar o Estatuto do Cigano.

Nessa toada, introduziremos um panorama histórico, sociológico e econômico dos Roma no contexto brasileiro a fim de embasar os aspectos jurídicos subjacentes, respeitada assim, a multidisciplinaridade exigida para propositura de uma análise jurídica adequada às especificidades do tema. O primeiro capítulo trará parte das bases históricas relacionadas ao tema, cobrindo brevemente a trajetória dos primeiros Roma, da Índia rumo ao oeste. Abordaremos a recepção desses povos em jurisdições europeias, especialmente na Península Ibérica, tendo que de Portugal muito provavelmente vieram os primeiros Roma ao Brasil, tema do nosso segundo capítulo. O terceiro capítulo visa, na toada do capítulo precursor, introduzir o leitor um pouco aos dilemas vividos pelos povos em questão na atualidade, fruto de toda a carga histórica de sua marginalização. Nesses três capítulos ventilamos algumas hipóteses que surgem a partir da dissertação feita, certo que por tão profundas, são meritorias de estudos autônomos.

Desde já, num movimento notoriamente abraçado por Ian Hancock em sua extensa obra acadêmica, abandonará-se, em parte, a denominação “ciganos” para denominar os grupos de indivíduos que pertençam às etnias Romanís⁶, sejam estes parte dos descendentes dos expedicionários que, ao redor do século VII, partiram de algum lugar na região do Punjab, na Índia,

⁵ REZENDE DE CARVALHO, Maria Alice, Cidadania e Direitos, p. 102-109 *In* Agenda Brasileira, BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lilia Moritz. Agenda brasileira: temas de uma sociedade em mudança. [S.l.: s.n.], 2016.

⁶ Muitos autores, como Frans Moonen, trazem os “Roma” como um dos três subgrupos principais dentro das etnias ciganas ao lado dos Sinti e dos Calon Não pretendo, em nenhuma hipótese, denegar a variedade étnica existente. O uso de “Romaní” funda-se apenas na origem comum dos povos em questão e, por isso, assim chamados por autores com Hancock. Certo é que, ante a supracitada divisão que estabelecem os próprios indivíduos pertencentes a esse povo e estudiosos, quiçá, a título de não privilegiar o nome de um desse grupos deveria-se abandonar a nomenclatura. No entanto, entendo que o foco do trabalho não é este. O emprego do termo dá-se somente pela ampla aceitação acadêmica e não reflete, como constatei, minha posição pessoal.

em direção ao oeste⁷. Entendendo que o conceito “cigano”, na ordem pátria eiva-se, também, de acepções pejorativas e racistas, tal como em outros idiomas⁸, entende-se que, ademais, etimologicamente, ela induz ao erro⁹. As construções de “gypsy”, em inglês, e “gitano”, em castelhano, a título de ilustração, carregam consigo a crença de que o povo originará-se no Egito (vejam-se os gentílicos *egyptian*, *egipciano*). Há provas contundentes de ordem genética, filológica e linguística, que atestam a gênese indiana das etnias Romani. Dito isso, os indivíduos dos grupos primordialmente abordados deste trabalho serão denominados Roma, sejam eles pertencentes às mais diversas etnias Romanís.¹⁰

O trabalho apresentará ao leitor uma versão diferente do Roma, pouco conhecida pela maioria dos brasileiros e bem distante do imaginário popular. A ficção criada pelo folclore não será ignorada, dado seu substantivo amparo à compreensão do panorama dos Roma, hoje, ante a sociedade convencional. Aos não-Roma denominaremos, vez ou outra, *gadjé*.

É necessário ressaltar que a história documentada, quase que em sua totalidade, não foi contada pelos próprios Roma, seja no Brasil e no mundo. Além disso, a ausência de uma escrita própria, a privação de educação formal e a marginalização, por muito tempo, determinaram a escassez das informações sobre os Roma. Nesse sentido, foi essencial, para o próprio desenvolvimento deste trabalho, recorrer também à oralidade para ilustrar melhor a situação desses povos, no passado e na atualidade. Os líderes do Instituto Cigano do Brasil e da Associação Nacional das Etnias Ciganas contribuíram, e muito, para este trabalho.

Espera-se, ao final deste trabalho, convencer o leitor da importância de criar o Estatuto do Cigano para que o povo em questão possa trilhar o caminho da igualdade material nos contextos

⁷ HANCOCK, IAN *In* Danger! Educated Gypsy, Selected Essays. Chapter 5. University of Hertfordshire. 2010.

⁸ The Shorter Oxford English Dictionary. Oxford. 1956, *apud ibid*.

Ademais, vide: **Vídeo: crianças reagem à definição da palavra "cigano" em dicionário**. Correio Braziliense. Brasília. 21 de julho de 2015. Disponível em <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/mundo/2015/07/21/interna_mundo,491364/criancas-reagem-a-definicao-da-palavra-cigano-em-dicionario-espanhol.shtml> e **MPF processa editoras por expressões em dicionário**. Conj. Revista Consultor Jurídico, 27 de fevereiro de 2012, 18h42. Disponível em <<https://www.conjur.com.br/2012-fev-27/editoras-sao-processadas-significado-atribuido-ciganos-dicionario>>

⁹ HANCOCK, IAN *In* Danger! Educated Gypsy, Selected Essays. p. 343. University of Hertfordshire. 2010.

¹⁰ Muito embora no Brasil a palavra não carregue, necessariamente, conotações negativas nas mesmas proporções que em outros idiomas, a abordagem internacional que se pretende alcançar com este trabalho, exigirá que o termo utilizado, e suas derivações, seja “Roma”.

social e constitucional pátrios. Como demonstraremos, desde o seu surgimento, os Roma foram castigados e excomungados das “sociedades convencionais” com as quais tiveram contato e por reflexo, o Direito também assumiu posturas hostis nessa relação, fosse por determinação expressa ou mesmo por omissão. No Brasil não foi diferente e aventa-se, adicionalmente, a hipótese do racismo *à la* brasileira ter ajudado a invisibilizar esses povos e agravado ainda mais sua situação social no cenário doméstico. Veremos como, apesar do tempo ter cambiado os paradigmas do Direito e as concepções sobre os princípios aos quais deveria atender, a fragilidade de significativa porção dos povos Romaní foi ignorada. Nisso, entenderemos a complexidade de alguns aspectos que privam o Roma do gozo pleno dos direitos fundamentais. Assim, concluiremos pela dependência de ações que sobejem o plano normativo para que, de uma vez por todas, os Roma se encontrem em pé de igualdade com os gadjé.

SEÇÃO 1 - QUEM SÃO OS ROMA E ONDE ESTÃO: NA HISTÓRIA E NA CONTEMPORANEIDADE.

CAPÍTULO 1: "*CAMINO*" - DA ÍNDIA À PENÍNSULA IBÉRICA - BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE A HISTÓRIA E CONTEMPORANEIDADE DOS ROMA.

Durante séculos discutiu-se a origem dos Roma e certamente os próprios podem ter contribuído para tanto dissenso a respeito do tema. Se esse despistamento foi proposital, não saberemos¹¹. Embora não seja uma regra geral a todos os grupos étnicos, muitos Roma evitam que os *gadjé* se familiarizem em demasia com sua cultura, língua e tradições¹².

Por muito tempo acreditou-se que vinham do Egito: os Roma, por anos afincos, apresentaram-se assim. Hoje se sabe que, por mais que um dos grupos tenha, de fato passado pelo Egito, a história é bem diferente.

Ian Hancock reúne¹³ em um dos seus ensaios as mais diferentes vozes que participaram do debate na história recente. Neste, a filologia jogou um papel-chave na remontagem do caminho percorrido pelos Roma. O avanço do estudos genéticos consolidou aquilo que os mais estudiosos já suspeitavam e iam confirmando, com mais ou menos certeza, no deslinde das pesquisas: em verdade, os Roma são indianos em sua origem.

Descobrir a origem de um povo, ainda mais numa sociedade em que as aparências jogam um papel relevante na experiência de um indivíduo, revela as bases para a organização social da atualidade, mesmo passados séculos de história. Quando descobrimos a origem dos Roma, começamos por entender sua marginalização em, religiosamente, todos os países onde estejam presentes¹⁴. O frade Körner, ao descrever a chegada de um grupo de Roma em uma cidade alemã,

¹¹ Ian Hancock sugere que muitos Roma podem ter falseado informações ao seu respeito para criar uma “cortina de fumaça” entre os Roma e os *gadjé*.

¹² SANT’ANA, M. de L. 1983: Os ciganos: aspectos organizacionais de um grupo cigano em Campinas. São Paulo: USP *apud* MOONEN, Frans. Anticiganismo e Políticas Ciganas na Europa e no Brasil. Recife. 2013

¹³ HANCOCK, IAN *In* Danger! Educated Gypsy, Selected Essays. p. 118-130. University of Hertfordshire. 2010.

¹⁴ Diversos relatos históricos cuidam de detalhar o porquê do rechaço a este povo na Europa: a relação com o conceito de propriedade, os hábitos alimentares e higiene também jogaram papel crucial nessa construção. Soma-se a forma em que se apresentavam nas cidades por onde passavam. Explica-se que portavam consigo salvo-condutos, supostamente editados por clérigos e reis, descobertos posteriormente falsos.

no século XV, relatou tratarem-se de indivíduos "estranhos, que viajam em bandos, feios, pretos como tártaros"¹⁵.

George Borrow, um dos precursores dos estudos sobre os Roma, em pleno século XIX, nos brinda com o seguinte depoimento:

"Going more than halfway down Notting Hill, you turn to the right, and proceed along a tolerably genteel street and which is on the left hand, and bears the name of Pottery Lane. Go along this lane and you... will see, on your right hand, a little, open bit of ground, chock-full of crazy, battered caravans of all colours - yellow, some green, some red. Dark men, wild-looking, witch-like women, and yellow-faced children at the doors of the caravans... you have now arrived at the second grand Grand Gypsyry of London - you are amongst the Romanichals of the Potteries." ¹⁶

Cesare Lombroso, o mais conhecido dos teóricos da eugenia, ao tratar da influência da raça na criminalidade¹⁷, um século depois, não se poupou de estender seu estudos higienistas aos Roma:

"Mais se sente notar a fraqueza de energia da mente para um trabalho contínuo e assíduo, e não se vê outro ideal, a não ser a ausência de qualquer trabalho. Os ladrões franceses se chamam entre eles "pegres" (preguiçosos). O ocioso é antes de tudo, legalmente, uma variedade de criminosos e talvez aquele que mais comumente povoa as prisões .

Os ciganos, embora industriais, são sempre pobres, porque não gostam de trabalhar, senão o quanto basta para não morrer de fome. Os ladrões, escreve Yidocq, não querem atos ou qualquer trabalho que exijam energia e assiduidade. Não podem e não sabem fazer outra coisa a não ser roubar. ¹⁸

Como o presente trabalho insere-se no contexto acadêmico jurídico, acredito que vez ou outra tendemos a não entender como algumas ciências contribuem tanto para a compreensão do fenômeno jurídico. A conclusão dos filólogos, linguistas e dos historiadores certamente demandou

¹⁵ GILSENBAACH, R. **Weltchronik der Zigeuner, Teil I: Von den Anfaengen bis 1599**, Frankfurt am Main: Peter Lang *apud* MOONEN, Frans. Anticiganismo e Políticas Ciganas na Europa e no Brasil. Recife. 2013

¹⁶ BORROW, George *In* Romano Lavo-Lil, word book of the Romany or English Gypsy Language. Londres. 1910 *apud*

¹⁶ HANCOCK, IAN *In* Danger! Educated Gypsy, Selected Essays. University of Hertfordshire. 2010.

Que valha o "parêntese", o autor deste depoimento, George Borrow se declarava como "romani rye", termo dado para aqueles que são "amigos dos Roma". Os precursores dos estudiosos dos Roma, em sua grande maioria, sempre eivaram seus discursos com alguma conotação desdenhosa, vexatória ou discriminatória.

¹⁷ LOMBROSO, Cesare *In* Crime, its causes and remedies. 1899.

¹⁸ LOMBROSO, Cesare, 1885-1909. O homem delinqüente / Cesare Lombroso; tradução Sebastião José Roque. Página 135. São Paulo: Ícone, 2007. - Coleção fundamentos de direito.

um trabalho hercúleo. Essa reconstrução, feita a partir de uma extensa comparação entre os vocábulos de diversos idiomas e análises históricas confirma a tradição nômade tão atribuída aos Roma e abre espaço para uma infinidade de questionamentos sobre esse povo. Com isso, estende-se o estudo para áreas como a antropologia e a sociologia. E como discutimos anteriormente, acaba (ou deveria acabar) reverberando no Direito.

Grande parte do acervo literário que temos hoje não responde adequadamente aos parâmetros atuais de qualidade para estudos históricos, quem dirá jurídicos. Muitos dos autores que fornecem uma mínima base histórica para a questão concentraram seus esforços no plano do racismo e do descrédito aos Roma, pouco servindo, ao menos diretamente, à ciência.

Retornando à travessia dos Roma, partindo da Índia rumo ao ocidente, nota-se que o movimento não se dá de maneira uniforme. Logo de início, em algum momento daquela diáspora inicial divide-se. Dá-se origem, então, ao que se conhece como Dom e Roma(a). Especialmente após a chegada destes na Turquia, ao redor século XII, percebem-se várias cisões migratórias dos Roma. Os documentos mais fidedignos, porém também questionados, no entanto, só surgem a partir do séc. XIV, na Grécia. Quase dois séculos depois, chegam à outra ponta do continente, especificamente à Espanha e, depois, Portugal.

Na Espanha, tal como ocorrera em outros vários países europeus, nem sempre a recepção foi harmônica. Don Francisco de Sales Mayo, ao analisar porque razões em um primeiro momento a coroa de Castilha evitou entrar em conflito direto com os Roma, concluiu que a ausência de poderio econômico e a mínima ameaça à hegemonia da Igreja Católica pouparam maiores atenções à repressão aos Roma. Naquele momento, determinava-se a combater os muçulmanos e judeus em Granda e Córdoba, especialmente.

Inclusive, rezava uma lenda bem aceita durante o final do século XV que os Roma seriam originalmente espanhóis, quiçá pela sua fisionomia algo semelhante aos mouros e judeus que ocupavam a Península Ibérica até a expulsão pelos reis católicos em 1492¹⁹. Posteriormente, cuidaram historiadores de, possivelmente movidos pela intolerância, “desmistificar” esta lenda.

¹⁹ DE SALES MAYO, D. Francisco. In **El Gitanismo: História, Costumbres y Dialectos de los Gitanos**. Madrid. 1870.

Chegariam, em momentos diferentes por Aragão (c. 1425), Navarra (c. 1435)²⁰ e pela costa da Andaluzia, via Mar Mediterrâneo. Não tardou muito para que surgissem os rumores sobre esse novo grupo de pessoas:

Muy pronto empezaron á divulgarse de uno á otro confin las acusaciones más extrañas y las relaciones más absurdas. Espias, ladrones, caníbales, hechiceros, incendiarios, envenenadores todo el capítulo de culpas de la Edad Media recayó sobre los gitanos”(de Sales Mayo, p.20)

Em 1499, um decreto de Medina del Campo (Valladolid), estabelece que os “egipcianos ou caldeireiros estrangeiros²¹” deviam abandonar o nomadismo e procurar "emprego formal" nos sessenta dias subsequentes, proibindo-lhes vagar juntos pelo reino ou que saiam dele no período. Sob o governo de Carlos V, repetiu-se a ordem nas Cortes de Toledo em 1525 e Madri, em 1528 e 1534, nesta última, sob pena de escravidão. As disposições legais contra os Roma, sua forma de viver e sua presença em terras espanholas prolongaram-se por ao menos três séculos. E não é de se surpreender estes povos, mesmo hoje, perdurem na marginalidade. Lorenzo Palmireno, no ano de 1517, descreve o seguinte²²:

O que son gitanos? Responde: Esta ruym gènte año 1517, començo en Alemaña, adonde les llaman Tartaros, o Gentiles: en Italia Cianos. Fingem que salieron de Egipto menor, y que tienen su peregrinacion por penitècia: y para prouar esto muestrã cartas del rey de Polonia. Pero mienten, porque su vida no es de penitencia, sino de perros y ladrones. Vn hombre doeto, año 1540, cõ muitos halagos recabo dellos, mostrassen la carta del rey, y vio con ella ser ya acabado el tiempo de su penitencia. Hablo con ellos en lengua de Egipto, dezian, que como auia mucho tiempo que eran salidos de alla, no lo entendian. Habloles en Griego vulgar, como hablan hoy en la Morca y Areipelago, vnos entendian, otros no: ansi, que pues todos no entienden, señales, que la lengua que traen es fingida, y de ladrones para encobrir sus hurtos, como la giringonça de los ciegos.

Adolpho Coelho em “Os Ciganos de Portugal”, de 1892, reporta o mesmo rechaço institucional, agora em terras lusitanas. Um alvará fora expedido em 1526 proibindo a entrada de “ciganos” e ordenando a saída daqueles que no reino estivessem. Nas Cortes de 1525 e 1535, a ordem foi repetida. Em 1557, inclui-se a pena das galés e é em 1574 que um "cigano denominado

²⁰ MARTÍN, David. In El Pueblo Gitano en Euskal Herría. Páginas.18-20.Bilbao. Txalaparta. 2017

²¹ Profissão muito comum entre os Roma, tanto na Espanha como no resto da Europa.

²² PALMIRENO, Juan Lorenzo. El estudioso cortesano, 35-36, Alcalá de Henares. 1573 *apud* DE SALES MAYO, D. Francisco: El Gitanismo: História, Costumbres y Dialectos de los Gitanos. Madrid. 1870.

Johão de Torres” é condenado à servir sua pena no Brasil. Viria a ser este o suposto precursor da migração dos Roma ao Brasil.

No entanto, é mister nos atentarmos que a relação dos Roma com a sociedade nem sempre foi de todo desarmônica. Nos primeiros contatos, até eram reverenciados pelos títulos que apresentavam²³. A sucessão dos fatos após os diálogos iniciais é que não foi positiva. Onde, sem dúvida alguma, vigoraram as estigmatizações, entre quais as mais cruéis possíveis, a assimilação das culturas “locais” e “estrangeiras” ocorreu, mesmo que lentamente. Como corretamente pontuado por Frans Moonen, num intercâmbio tão atribulado como o dos Roma com os locais, dificilmente os aspectos amigáveis e “toleráveis” seriam documentados. Numa sociedade onde o rechaço já fora institucionalizado, dificilmente abririam-se espaços para “desmistificar” o senso comum.

O próprio autor, citando Van Kappen²⁴, narra uma série de situações em cidades holandesas onde os ciganos são reportados desempenhando funções “honestas”, sugerindo que sua perseguição era atenuada nesses casos. Fora a prática da quiromancia e da buena dicha, razoavelmente toleradas pelos *gadjé* apesar da inegável hegemonia da intolerância católica, se lhe reconheciam por práticas comuns àquelas sociedades :

Nos documentos holandêses existem algumas poucas referências ao comércio e tratamento de cavalos, e várias vezes ciganos são citados como curandeiros ou médicos que preparavam pomadas e óleos para curar pessoas e animais. Na cidade de Zwolle, em 1542, um cigano veterinário é remunerado por ter curado um cavalo.

Que gozavam certa fama na área médica prova o fato de um médico não-cigano ter resolvido fazer um estágio com os ciganos, para aprender melhor com eles a arte médica.

(...) Consta que muitos ciganos serviram como tratadores de cavalos (veterinários) e médicos no exército onde certamente eram tolerados por causa de sua reconhecida perícia nestas áreas.

Outro caso amplamente documentado ocorreu na província de Groningen (na Holanda), onde em 1706 um grupo de 21 ciganos (“entre homens, mulheres e crianças”), sob chefia de um certo Isaac, “conhecido como Doutor”, ficou algum tempo em Doccum, vendendo remédios (vários tipos de pó, pomadas e óleos, para cabelo, dor de dente e febre) e praticando a medicina.

²³ Vide a nota de rodapé de nº 14.

²⁴ VAN KAPPEN, O. 1965. *Geschiedenis der zigeuners in Nederland: de ontwikkeling van de rechtspositie der heidens of egyptenaren in de noordelijke Nederlanden (1420-1750)*, Assen: Van Gorcum *apud op cit* MOONEN, Frans. **Anticiganismo e Políticas Ciganas na Europa e no Brasil**. pp.29-30. Recife. 2013

(...) Outro cigano do grupo sabia curar epilepsia (vallende ziekte), fraturas e dores de cabeça. (MOONEN, p. 29-30, apud VAN KAPPEN)

Don Francisco de Sales Mayo também descreveu em sua obra que os *gitanos* espanhóis fabricaram uma porção das balas disparadas contra os mouros em Granada, no ano de 1491²⁵. O autor, também analisando a progressão das normas repressivas aos Roma, narra que começou-se a estender a pena àqueles que, de qualquer sorte, lhes amparassem e dessem abrigo. Chega-se a uma conclusão que outros autores, como David Martín, também propuseram: existiam pessoas que pelos mais diversos motivos deixavam de lado, ao menos em parte, os tão sólidos preconceitos da época. Os próprios governos espanhóis, a partir do século XVIII, começam um caminho de “legalização” dos Roma e sua cultura.

Fosse por assimilação ou sobrevivência, afinal, em algumas culturas romanís o trato com os gadje é veemente condenável²⁶, há indícios de integração mais ou menos harmoniosa entre os Roma e os locais. Tomando por exemplo a Andaluzia²⁷, a integração dos Roma é facilmente observável: é notória a absorção de elementos culturais *gitanos* à cultura majoritária. A marginalização e os estereótipos foram deixados razoavelmente de lado, se comparados a outras jurisdições europeias. O intercâmbio cultural foi tamanho que o flamenco, concebido entre os Roma da região, constitui elemento comumente associado à Espanha. Vulgarmente, a Andaluzia é considerada a “terra prometida” dos *gitanos* espanhóis²⁸.

Na região norte, a integração também ocorreu de maneira diversificada. Nesse sentido, David Martín nos traz uma gama de situações documentadas. Em 1539, um texto oficial detalhava que “com os ciganos andavam muitas pessoas naturais dos reinos espanhóis e outras nações, empregando sua língua, hábitos e forma de viver”. Em 1568, alguns moradores de Sorluze juntaram-se com alguns Roma para fraudar um processo sucessório. É importante lembrar que à época ser *gitano* era considerado um delito. No entanto, vemos que em alguns casos, a condição de Roma era minimizada. Em 1697, um corregedor de Navarra absolve um lavrador que, embora fosse identificável como tal, exercia suas atividades de forma “decente” e que portanto, não era

²⁵ DE SALES MAYO, D. Francisco. In **El Gitanismo: História, Costumbres y Dialectos de los Gitanos**. p. 19. Madrid. 1870.

²⁶ HANCOCK, IAN *In* Danger! Educated Gypsy, Selected Essays. p. 196. University of Hertfordshire. 2010.

²⁷ DIETZ, Gunther. The State and the Gypsies in Spain. Granada: Laboratorio de Estudios Interculturales. 2003.

²⁸ ANDALUCÍA ¿la tierra prometida de los gitanos?. Euronews, Documentário, 2010.

“notoriamente gitano”. De forma semelhante, a um sapateiro se lhe permitiu manter sua residência em Aramaiona pois, embora fosse Roma, levava uma vida normal e possuía domicílio fixo²⁹.

De tal sorte, a mestiçagem com os “nacionais” ocorreu. Fosse pela sedentarização ou diversamente, não foram poucos os casos nos quais os Roma e os gadje deixaram as diferenças de lado e construíram fortes vínculos. No próprio País Basco foram documentadas constelações familiares formadas por indivíduos das duas culturas³⁰. Em Portugal³¹, Adolpho Coelho, ao estudar a etnografia dos “ciganos” de Lisboa, reconhece aqueles que fogem um pouco do fenótipo dito “tradicional” dos indivíduos da etnia. Ressalta que os Roma sedentários desviariam da regra geral por estarem propícios à mestiçagem e aos hábitos da cidade. E no estudo infeliz dos nazistas Robert Ritter e Eva Dustin³², ao catalogar a genealogia dos Roma na Alemanha, a conclusão foi a mesma: a grande maioria dos Roma possuíam em sua linhagem ao menos um parente *gadje*.

Abandonar, mesmo que parcialmente, o nomadismo e integrar-se minimamente aos hábitos do local jogou um papel extremamente relevante na sobrevivência desses indivíduos na Península Ibérica — mesmo que à custa de muita repressão. Por muito que ainda mantivessem tradições, ao que tudo indica, o fato de ter sangue Roma foi relevado quando o comportamento do indivíduo se distanciava dos estereótipos da época, como já vimos. Thomé Pinheiro da Veiga, procurador da coroa de D. João IV, em 1646 celebra um Roma chamado Jerónimo da Costa que bravamente teria servido à pátria adoptiva. Sem estar-lhe sendo pago o soldo, lutou bravamente e não teria se acovardado, como outros, “combatendo *vallerosamente* no campo, até deixar a vida”.³³ Adolpho Coelho, ao comentar a carta de Pinheiro diz que “esse facto basta para resgatar a raça cigana do opróbrio de mais de quatro séculos e para nos fazer pensar em chamar os seus atuais descendentes por uma política mais racional e humana do que a dos nossos antepassados, ao convívio da civilização. Os tempos novos trouxeram uma grande tolerância sem dúvida, mas essa não basta. O cigano “*outlaw*” subsiste ainda...”.

²⁹ MARTÍN, David. In *El Pueblo Gitano en Euskal Herría*. Páginas.22-35..Bilbao. Txalaparta. 2017

³⁰ MARTÍN, David. In *El Pueblo Gitano en Euskal Herría*. Páginas.22-35. Bilbao. Txalaparta. 2017

³¹ COELHO, Adolpho *In Os Ciganos de Portugal*, p, 295. Imprensa Nacional. Lisboa. 1892

³² SCHENK, M. *Rassismus gegen Sinti und Roma*, Frankfurt am Main.1994 apud MOONEN, Frans. *Anticiganismo e Políticas Ciganas na Europa e no Brasil*. Recife. 2013

³³ ³³ COELHO, Adolpho *In Os Ciganos de Portugal*, pp. 180-81. Imprensa Nacional. Lisboa. 1892

Aventa-se assim que “não parecer cigano” pode ter profundos significados até na atualidade. Isto posto, também é possível entender como os estereótipos tão longínquos ainda afetam os Roma ante a sociedade convencional. É sabido, outrossim, que mesmo dentro das comunidades esse “abandono” dos estereótipos também afeta a percepção do Roma entre seu próprio grupo.

Quer dizer, pode deixar-se de ser Roma? O que significa ser Roma? Elena Marushiakova e Vesselin Popov abordam as dificuldades em se responder acuradamente, essa questão. Há casos em que algumas pessoas não o são por autodefinição, mas são reconhecidas pela sociedade ao seu entorno como sendo Roma³⁴. Para os autores, diagnosticada a espinhosidade do tema, a diversidade de conceitos que se elaboram nas mais diferentes jurisdições e sem esquecer dos componentes que formam a qualidade étnica dos Roma, o critério decisivo seria a percepção, pelo resto da sociedade, de aquele grupo é Roma³⁵.

Dentro das próprias comunidades, como se pode inferir de uma série de discussões que são travadas no cotidiano, alguns comportamentos podem ser considerados como descaracterizantes da condição de ser Roma, ainda que todos os indícios de qualidade étnica respondam diferentemente³⁶. No Reino Unido, o Department of Communities and Local Government, em 2015, uma política definiu implicitamente que só se poderia ser “*Gypsy or Traveller*” caso o nomadismo desses grupos fosse algo permanente³⁷. Algumas tradições, por exemplo, o casamento precoce, aos dezesseis anos, tem sido abandonados por algumas mulheres Roma na Espanha — não sem resistência e comentários negativos da comunidade³⁸. O tema é delicadíssimo e está fora do nosso alcance definir o que é ou o que não é ser Roma. Dentro do contexto brasileiro, baseado com os poucos dados que temos, no entanto, podemos abrir algumas discussões e propor soluções, como adiante.

³⁴ MARUSHIAKOVA, Elena; POPOV, Vesselin *In* Who are the Roma? p.8.

³⁵ *Ibid.* p. 20

³⁶ Fórum na página da Fundación Secretariado Gitano, 2007. O título da discussão é “**Se deja de ser gitano? “ay” dos formas distintas de ser gitano?**”. Disponível em <<https://www.gitanos.org/foros/viewtopic.php?t=592&sid=3bcb8d57b949362b073f95499d41e507>>

³⁷ “*Gypsies and Travellers have long been recognised as minority ethnic groups under race relations legislation, as well as under the EU’s definition of the word “Roma”. But for the purposes of planning, the DCLG now suggests that a Gypsy or Traveller person can only be a Gypsy or a Traveller if they “travel”.* According to this policy, if people stop travelling (to stay in education, or because of limited employment or ill health), they cease to be a Gypsy or a Traveller altogether. That means they’re no longer eligible to apply for planning permission to build, develop and potentially reside on a site.” **In Traveller people forced to ‘prove’ ethnicity under new planning rules**, ALLEN, D. The Conversation. 28 de setembro de 2015. Disponível em <<https://theconversation.com/traveller-people-forced-to-prove-ethnicity-under-new-planning-rules-47977>>

³⁸ AMOR GITANO. Documentário. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=fmk4Gry6Xfw&t=3068s>>

CAPÍTULO 2 - “BOSSAMBA”: OS ROMA BRASILEIROS

Se João de Torres e sua família foram de fato os primeiros Roma a pisarem nas terras brasileiras, restaremos sem saber ao certo. Não é de todo infactível que a Coroa Portuguesa já tivesse iniciado, anteriormente ao renomado personagem e às margens da lei, a deportação dos Roma que lá estavam: não quedaria muita opção senão enviá-los às colônias pois mesmo na Espanha, país contíguo, sua circulação já se via restringida por lei.

Ao estudarmos a História do Brasil, desde muito pequenos, nos deparamos com o velho dizer que de Portugal vieram todos aqueles que se encontravam em alguma situação de marginalidade, para sermos eufemísticos. Pouco nos é lembrado, ou quiçá sequer seja amplamente conhecido pelos educadores, que os Roma povoavam esses navios que aqui aportaram. A primeira ordenação “formal” data de 1685: os “ciganos” que originalmente estavam sendo degredados à África passariam à ir pro Maranhão³⁹. Não surpreende que o movimento fosse em direção ao Maranhão, à época pouco controlado pela coroa e suficientemente longe dos maiores centros urbanos brasileiros⁴⁰. Em 1718 se tornaria claro que o degredo dos Roma ao Brasil havia se tornado uma política comum:

“Como uma forma de expor publicamente sua determinação João V ordenou a deportação imediata de uma pequena comunidade cigana consistindo de cinquenta homens, quarenta e uma mulheres e quarenta e três crianças, então detidos na prisão municipal de Limoeiro. Seu banimento foi um procedimento cuidadosamente planejado, servindo como um ato de Estado. A justiça do início do período moderno era praticada de uma forma deliberadamente cerimonial. Oficiais publicizavam o evento antes através de anúnciamos boca a boca ou públicos. Nesse caso o embarque do navio brasileiro, que sempre atraía grandes multidões, forneceu o palco. A visão dos ciganos partindo acorrentados demonstrava para os espectadores o esforço da coroa pelo controle social. Isso é a publicação dos banimentos subsequentes assinalavam, sem dúvida, que a assimilação não era mais uma opção dos ciganos para escapar de seu status criminoso.” (Donovan 1992, p. 38)

³⁹ MORAES FILHO, Mello. Os Ciganos no Brasil: Contribuição Etnográfica. p. 22 B.L Gartner. Rio de Janeiro. 1886.

⁴⁰ DONOVAN B. M., “Changing perceptions of social deviance: gypsies in early modern Portugal and Brazil”, *Journal of Social History*, Vol. 26, 1992, p. 38 *Op. Cit apud* TEIXEIRA, Rodrigo Corrêa. História dos ciganos no Brasil / Rodrigo Corrêa Teixeira. p. 16 – Recife – Núcleo de Estudos Ciganos, 2008.

O referido autor, Rodrigo Teixeira Corrêa, é notoriamente a maior autoridade na descrição da Histórias dos Roma no Brasil.

A repressão aos Roma e às suas particularidades culturais percorreu distâncias ultramarinas⁴¹. As flagelações impostas na metrópole repetiram-se um considerável número de vezes na nova vizinhança. Assentar-se no território brasileiro não foi uma tarefa fácil, pelo qual foram percebidas várias ondas migratórias dentro do próprio país, por expulsão formal⁴² ou em busca de melhores condições de vida. Como nos conta o professor Rodrigo Corrêa Teixeira, os Roma já estavam bem espalhados no ao final do século XVIII: além dos locais do degredo inicial, já eram notados em Minas Gerais, São Paulo, Espírito Santo e Rio de Janeiro. Parece certo dizer que o nível de violência e a marginalização variou por época e lugar: as poucas notícias que temos à disposição atualmente nem sempre retrataram os ciganos numa situação de vulnerabilidade.

Uma carta do governador da Bahia em 1761, dois meses após reclamar da presença dos Roma na capitania, trata, justamente, desse “arrefecimento” das tensões. Sempre e quando, claro, se compatibilizassem com o modo de vida da sociedade convencional:

“Os ciganos vem vindo bastantes a querer tomar vida regrada, porque por todas as partes os prendiam Os casados entregam os filhos solteiros aos oficiais mecânicos se são de idade competente e os adultos alguns assentaram praça, mas muito raros, por não apparecerem ou porque esta gente casa logo nestas terras de mui pouca idade. Os mais vão arrendando terras, ocupando-se com suas mulheres em lavouras e em abrir terras de novo, deixando totalmente o ilícito comercio e o modo libertino que tinham de vida....”. (Carta de José Carvalho de Andrade ao Conde de Oeiras, em 1761 apud MOONEN, FRANS, “Os Ciganos do Brasil”)

⁴¹ “Em 1718, por decreto de 11 de Abril, (foram degradados os ciganos do reino para a praça da cidade da Bahia, ordenando-se ao governador que ponha cobro e cuidado na proibição do uso de sua língua e gíria, não permitindo que se ensine a ses filhos, afim de obter-se a sua extinção” (MORAES FILHO, Mello, p. 24 em Os Ciganos do Brazil). Consta nas ordenações que também foram enviados à Pernambuco.

⁴² “Um documento de 1723, de Vila Rica (hoje Ouro Preto) informa que “pelo descuido que houve em alguma das praças da Marinha vieram para estas Minas várias famílias de ciganos”, e manda prender todos eles e remeter para o Rio de Janeiro, de onde então seriam deporta-dos para Angola. (...) Em 1726 há notícia de ciganos em São Paulo, quando foram solicitadas medidas contra ciganos que apareceram na cidade e que eram “prejudiciais a este povo porque andavam com jogos e outras mais perturbações”, pelo que tiveram que abandonar a cidade dentro de 24 horas, sob pena de serem presos “ (CORRÊA TEIXEIRA, Rodrigo)

A exemplo do que viu-se em Portugal e na Espanha, o Direito brasileiro tampouco eximiu-se de dispensar tratamento desumano ao Roma. Embora as penas não fossem tão cruéis, o Estado certamente cuidou de eliminar o cigano do convívio social⁴³. Onde tal expectativa foi positivada em lei, nos deparamos com uma sucedânea de instrumentos que por vezes não foram tão explícitas⁴⁴.

⁴³ 1. [1721] Ordem por que o Excelentíssimo Senhor Vice-Rei concedeu licença a Luiz de Souza e outros, todos ciganos, todos moradores em Pernambuco para irem morar a Sergipe de El-Rei. Porquanto Luiz de Souza, cigano de nação, morador em Pernambuco me representou que êle com sua mulher Tereza Soares e mais família que era seu sogro Martinho Soares e sogra Sebastiana da Silva, como também seus filhos, e seu tio José Soares com sua mulher todos ciganos queriam ir (p. 121) viver na cidade de Sergipe e seu recôncavo o que não podiam fazer sem licença minha pedindo-me lha concedesse. E visto seu requerimento e constar-me serem bem precedidos e que vivem com tôda a quietação, Hei por bem de lhes conceder (como por esta concedo) licença para que possam ir viver na cidade de Sergipe de El-Rei e seu distrito, onde assistirão sem molestar a pessoa alguma nem usar da sua língua; e cons-tando-me que fazem o contrário procederei contra êles rigorosamente. Pelo que ordeno aos oficiais de guerra e justiça a quem esta se mostrar o tenham assim entendido, para na parte que tocar executarem esta minha resolução. Bahia e janeiro, 14 de 1721. Vasco Fernandes Cesar de Menezes. (p. 122) FONTE: Documentos Históricos. Rio de Janeiro, vol. 69, p. 121-122, 1945. *apud* CORREA TEIXEIRA, Rodrigo.

2. [1736] [Carta de Martinho de Pina e de Proença, Conde das Galveas e Vice-rei do Estado, a Antônio Gomes Freire de Andrade*, 14 agosto 1736] Em S. Romão vive gente em todo o tempo, Enrique Carlos andou pelo Rio de S. Francisco com ordem do S.^r conde para prender siganos no mes de Dezembro he verdade que lhe ado-ecerão dous soldados porque o Pais he doentio no tempo de agoas, parece-me q' bastavão dez, ou doze Dregões com o Sarayva, e ainda menos acompanhados de alguns capitaes do matto q' fazem pouca despeza, e servem as vezes de muito. (...) FONTE: DOCUMENTOS RAPM, anno XVI, vol. II, p. 239-460, 1991. p. 351. "(1685-1763) Administrador colonial. Governador e capitão-general da Capitania do Rio de Janeiro (1733-1763) e de Minas Gerais (1735-1763)" (BELLOTTO, 1994, p. 50) *apud* CORREA TEIXEIRA, Rodrigo.

⁴⁴ 1. Art. 111 - Não se consinta, que pelas povoações, e fazendas dos particulares divaguem, ou se demorem por caza dos mesmos vagabundos, viciosos e siganos, ainda mesmo pessoas des-conhecidas, e suspeitas, sem que produzão huma nota, ou documento, que legalize a sua identidade afim de obstar se, que transitem e formiguem pelos referidos povoados, e cazas, ou fazendas revoltosas, dezeriores, espiões e mesmo escravos fugidos, ou ladrões que com-promettam, e (p. 504) perturbem a tranquilidade, segurança, e prosperidade dos habitantes, que se devem proteger, e manter; huma multa de dés mil reis he o minimo das penas impos-tas á contravenção, além das que especificam leis positivas para cazos identicos. (p. 505). FONTE: Posturas da Camara Municipal de Sabará, 22 julho de 1829.

2. RESOLUÇÃO Nº 2061 - DE DEZEMBRO DE 1873 Resolução que altera as posturas da Camara Municipal da Villa do Santissimo Sacramento Venancio José d'Oliveira Lisboa, Presidente da Provincia de Minas Geraes: Faço saber a todos os seus habitantes que a Assembléa Legislativa Provincial, sob proposta da Camara Municipal da Villa do Santissimo Sacramento, decretou a resolução seguinte: (p. 211) (...) TÍTULO 4º DA SEGURANÇA PÚBLICA CAPÍTULO 3º DAS CONTRAVENÇÕES CONTRA AS PESSOAS Art. 92. É prohibido a estada de ciganos nas povoações por mais de 3 dias. Quem negociar animaes ou escravos com os mesmos, ainda mesmo a título de barganha, pagará a multa de 5\$000 sendo animal, e si for escravo 100\$000, e prisão por cinco dias. (p. 224) (...) VENANCIO JOSÉ D'OLIVEIRA LISBOA João Antonio Duarte a fez. Sellada na Secretaria da Presidencia da Provincia aos 3 de Dezembro de 1873. Dr. José Pereira Terra Junior Nesta Secretaria da Presidencia foi publicada a presente resolução aos 12 de Fevereiro de 1874. Dr. José Pereira Terra Junior (p. 240) FONTE: PROVINCIA DE MINAS GERAES. Livro da Lei Mineira - 1873. *apud* CORREA TEIXEIRA, Rodrigo.

3. [1880] RESOLUÇÃO Nº 2646 - DE 8 DE JANEIRO DE 1880 Approva as posturas da Camara Municipal de Cabo Verde. O Conego Joaquim José de Sant'Anna, Vice-Presidente da Provincia de Minas Geraes: Faço saber a todos os seus habitantes, que a Assembleia Legislativa Provincial de Minas Geraes, sobre proposta da Camara Municipal de Cabo Verde, decretou a Resolução seguinte: (p. 199) TÍTULO 4º - DA SEGURANÇA PÚBLICA - CAPÍTULO 3º SOBRE CONTRAVENÇÕES CONTRA AS PESSOAS Art. 109. É prohibido negociar escravos, animaes e objectos de valor com ciganos e pessoas desconhecidas e suspeitas. Ciganos e suspeitos se denominão neste artigo os que são por 86 taes havidos. Os que forem achados a negociar com ciganos, serão multados em 10\$000 a 30\$000, incorrendo na mesma multa o cigano suspeito. (p. 214) JOAQUIM JOSÉ DE SANT'ANNA Para V. Exc. ver. Ezequiel Augusto Nunes Bandeira a fez. Sellada e publicada nesta Secretaria aos 27 de Abril de 1880. Camillo Augusto Maria de Brito (p. 226) FONTE: PROVINCIA DE MINAS GERAES. Livro da Lei Mineira - 1879 *apud* CORREA TEIXEIRA, Rodrigo.

A sedentarização, a mestiçagem e a adaptação ao mundo *gadjé*, tal como na Europa, provavelmente ajudaram os Roma brasileiros a ocultarem-se da repressão social. É certo também que no Brasil a população Roma se compôs das diversas etnias que aqui constituíram seu lar⁴⁵. A experiência dificilmente seria uniforme dada tal diversidade e as próprias particularidades individuais. No Rio de Janeiro, por exemplo, os Roma puderam viver com mais ou menos tranquilidade: sabe-se que muitos deles dedicaram-se ao comércio de escravos, exerciam os cargos de oficial de justiça e suas manifestações artísticas eram amplamente apreciadas pela própria Corte⁴⁶. Em Minas Gerais, por outro lado, além das incontáveis leis municipais com teor repressivo que se difundiram por território mineiro, as “correrias ciganas”⁴⁷, eventos de deliberada violência policial contra os Roma, foram prática comum até o início do século XX. Até surpreende que Juscelino Kubitschek, de pai Roma tcheco e criado em Diamantina, interior mineiro, pudesse ter se tornado Presidente da República. Aliás, os episódios de Juscelino e dos Roma cariocas sugere, mais uma vez, que a adaptação ao modo de vida da sociedade convencional pode ter sido de grande valia para sobrevivência e prosperidade, ao menos econômica, dos Roma.

A integração de boa parte dos Roma à vida “convencional” pode ter feito com que muitos daqueles que “um dia foram” facilmente identificáveis como Roma desconhecêssem sua herança. Muitas vezes, quando sabida, é ocultada para evitar o aporte do peso das estigmatizações que ainda pairam sobre esses povos. Carece, ao dizer quem é Roma, a mesma facilidade de apontar quando um indivíduo é branco ou negro: não existe um critério que sequer se aproxime de ser o correto, tamanha a diversidade, em todos os aspectos possíveis, dentro dessa população.

Hoje o que temos é um grande desconhecimento sobre a população Roma no Brasil que quando lembrada denomina-se “cigana” vulgarmente. A histórica carência de dados e de bibliografia demonstra como esses grupos foram e ainda são invisibilizados: muito raramente são lembrados na “história oficial” e hoje não são alvo de nenhuma política em concreto, apesar de muitos se encontrarem em situações típicas de vulnerabilidade. Não obstante, os preconceitos contra as etnias que lhe integram — por sinal, diversidade essa quase que desconhecida pela população em geral — ainda sobrevive. Via de regra são transmitidos oralmente, podendo ser assimilados pela literatura, mídia, entre outras formas. Ocasionalmente por experiência pessoal.

⁴⁵ *Ibid* p. 12. Em momentos diferentes, chegaram ao Brasil indivíduos de diferentes etnias Roma.

⁴⁶ *Ibid* pp. 22-25.

⁴⁷ *Ibid* pp.40-48

Grande parte desse esquecimento “histórico” pode ser atribuída a própria concepção da formação nacional, donde a relevância do conceito de raça e, por fim, o racismo *à la* brasileira, na definição de Lília Schwarcz, jogaram crucial papel. Diferentemente do que ocorre em outros países, como nos Estados Unidos onde a “raça” é definida por um critério hereditário, no Brasil, por outro lado, a falta do mesmo critério “faz que o fenótipo, ou melhor, certos traços físicos como formato de rosto, tipo de cabelo e coloração de pele se transformem nas principais variáveis de discriminação⁴⁸”. Nisso, temos também o mito das três raças, que repercutiu sensivelmente na concepção pátria de formação nacional. O povo brasileiro seria formado pelo índio, o preto e o branco. Mas a qual raça pertenceria o Roma?

Quando falamos dos Roma brasileiros, podemos estar diante uma definição clássica de etnia e não “raça”, muito embora o estudiosos do tema, por um bom tempo, assim lhes definisse. Nesse sentido, ao contrapor os conceitos de raça e etnia, o prof. Kabengele Munanga nos ensina que:

“O conteúdo da raça é morfo-biológico e o da etnia é sociocultural, histórico e psicológico. Um conjunto populacional dito raça “branca”, “negra” e “amarela” pode contar em seu seio diversas etnias. Uma etnia é um conjunto de indivíduos que, historicamente ou mitologicamente, têm um ancestral comum, têm uma língua em comum, uma mesma religião ou cosmovisão; uma mesma cultura e moram geograficamente num mesmo território.”⁴⁹

Regra geral, no Brasil pouco ser de origem catalã ou basca, possuir raízes iorubás ou bantas: no fim do dia, você é aquilo o que o seu fenótipo revela e pouco importa, na sua percepção ante a sociedade, a sua etnia. Esta é quase totalmente esquecida no país, dando lugar a cor, as feições e os atributos físicos como os determinantes na experiência do indivíduo:

(...) “De outro, no caso brasileiro, a mestiçagem e a aposta no branqueamento da população geraram um racismo *à la* brasileira, que percebe antes colorações do que raças, que admite a discriminação apenas na esfera privada e difunde a universalidade das leis, que impõe a desigualdade nas condições de vida, mas é assimilacionista no plano da cultura. É por isso mesmo que no país seguem-se muito mais as marcas de

⁴⁸ SCHWARCZ, Lília *Op Cit. In* Nem preto, nem branco, muito pelo contrário. p. 86. Claro Enigma. 2012

⁴⁹ Op Cit. MUNANGA, Kabengele . *Negritude: Usos e Sentidos*, 2ª ed. São Paulo: Ática, 1988 _____.
Rediscutindo a Mestiçagem no Brasil: Identidade nacional Versus Identidade Negra. Petrópolis: Ed.Vozes, 1999.

aparência física, que, por sua vez, integram status e condição social, do que regras físicas ou delimitações geracionais. (...) ⁵⁰

Parcial exceção a essa regra é o indígena, termo que reduz a diversidade étnica da referida população. Embora se lhe identifique usualmente pelo fenótipo, há um consenso de sua qualidade étnica. Cultura, língua e religião próprias, entre outros formadores da construção da etnia, são aquiescidos pelo brasileiros e pelo ordenamento pátrio. As razões pela qual as etnias indígenas são reconhecidas pela sociedade em geral podem estar associadas à sua “originariedade” e a ampla romantização de sua cultura e, certamente, merecem uma tese própria para contrapormos o porquê de um grupo étnico ser tutelado legalmente e o outro não.

Sabemos nem todos os Roma possuem a mesma origem genética⁵¹, nem todos utilizam uma linguagem própria, nem sempre praticam uma religião própria ⁵², nem sempre possuem uma cultura em comum ou moram num mesmo território. Nesse sentido, Frans Moonen nos introduz ao conceito, em minha visão acertado, que “cigano é cada indivíduo que se considera membro de um grupo étnico que se auto-identifica como Roma, Sinti ou Calon, ou de um de seus inúmeros sub-grupos, e é por ele reconhecido como membro⁵³”. Afora da comunidade, no Brasil, o indivíduo poderá ou não ter sua etnia identificada: é muito difícil estabelecer qualquer critério de identificação. No entanto, sabe-se que se lhes associam por viver em determinado tipo de vivenda, praticar certas profissões e utilizar certas vestimentas. O critério fenotípico, muito utilizado em outras jurisdições, é insuficiente. É certo que a vivência do Roma ante a sociedade dependerá de se é possível identificá-lo como tal, baseado nos diversos estereótipos existentes. Iremos analisar alguns estereótipos mais a frente.

De toda sorte, a construção *gadjé* sobre quem é Roma e quem não, irá perder ao longo do tempo uma de suas peças no Brasil: a tez “morena bronzeada e os olhos garços⁵⁴”, a pele “escura

⁵⁰ SCHWARCZ, Lília *Op Cit. In* Nem preto, nem branco, muito pelo contrário. p. 29. Claro Enigma. 2012

⁵¹ MARTÍN, p 29. Sabe-se que muitas mulheres em situação de desamparo, originariamente não-Roma, eram acolhidas por grupos Roma.

⁵² HANCOCK, capítulo 7.

⁵³ MOONEN, p. 99.

⁵⁴ D’OLIVEIRA, J. B. China. “Os ciganos do Brasil”, *Revista do Museu Paulista*, Tomo XXI, 1936, pp. 418-419.

cor de oliva, olhos negros brilhantes e penetrantes, traços bem-feitos, cabelo preto longo e oleoso⁵⁵” e “(o) typo andaluz, (as) faces rosadas,, (o) talhe esbelto⁵⁶” não servirão como critério único para encontrar o Roma na mestiça composição da sociedade brasileira. Ser Roma, como sabemos, significa muito mais que possuir um fenótipo: em tese, significa fazer parte de uma etnia, que engloba outras. E será quiçá um dos poucos casos domésticos em que a etnia, nos termos supracitados, jogou e ainda joga um papel fundamental na experiência social do indivíduo como exceção a regra: o indivíduo pardo e identificável como cigano sofrerá as mazelas de pardo e, adicionalmente, cigano.

Algumas famílias Roma obtiveram notória prosperidade econômica e “embranqueceram”, pelo qual a vulnerabilidade associada à condição originária do Roma é contornada com a posse de bens materiais. É premente atentarmos a isso tendo posto que apresenta mais uma divisão dentro do grupo: é dizer que de nem todo Roma pode presumir-se uma situação de fragilidade. Isso diversifica, ainda mais, as experiências dentro dos grupos étnicos que temos tratado ao longo deste trabalho e rompe com a viabilidade de um tratamento hegemônico numa política pública, por exemplo.

⁵⁵ WELLS, James William. Explorando e viajando três mil milhas através do Brasil; do Rio de Janeiro ao Maranhão, v. 1. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro; Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1995. 316 p. (Original: 1886) apud CORREA TEIXEIRA, Rodrigo.

⁵⁶ ANÔNIMO. A Cigana, Recife, anno 1, nº 1, 8 set. 1874, p. 6. apud CORREA TEIXEIRA, Rodrigo.

CAPÍTULO 3: "*SOLEDA*D" INVISIBILIDADE E DISCRIMINAÇÃO

Passaram-se os anos, mas pouco mudou para os Roma. Seja porque o Estado foi omissivo ou porque a sociedade perpetuou os velhos preconceitos, nenhuma mudança sensível foi sentida até o momento.

Os órgãos públicos, em geral, pouco ou nada contribuíram com os Roma. Daqueles longínquos anos retratados no decorrer dos capítulos anteriores até a atualidade, as expulsões, a marginalização e a negativa assistencial fazem parte da vida daqueles que a sociedade enxerga como “ciganos”. O IBGE⁵⁷ pincela o interesse em conhecer a população Roma em nos cadernos MUNIC (Pesquisa de Informações Básicas Municipais). No entanto, de modo ainda insuficiente para capacitar um diagnóstico mais profundo.

Em 2009, detecta a existência de 290 assentamentos, logo “chuta” a existência de 800 mil Roma no país e sem apresentar, ao menos, quaisquer dados socioeconômicos da referida população. Como concluiu-se pelos 800 mil, não se sabe. Quanto à ausência de fidedignidade nos (poucos) dados ou nas estimativas existentes, Frans Moonen corretamente pontua que “as informações demográficas ciganas não passam de mera fantasia, quando não de mentiras ou dados propositalmente falsificados”⁵⁸. É inimaginável que qualquer política de maior impacto possa ser concebida nesse contexto. Posto tal, as associações representativas, por iniciativa própria, tem desbravado os rincões deste país na tentativa de acurar a informação sobre os Roma que aqui habitam⁵⁹.

A partir do trabalho desenvolvido pela AMSK⁶⁰, concluímos alguns aspectos importantes:

⁵⁷ EDUCAÇÃO, TERRITORIALIDADE E LUTA CIGANA: UM ESTUDO DE CASO DO POVO CALON NO DISTRITO FEDERAL, sobre MUNIC/IBGE. Pesquisa de Informações Básicas Municipais. 2011. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/perfilmunic/defaulttab1_perfil.shtm>.

⁵⁸ MOONEN, p. 45

⁵⁹ CAVALCANTE, L., COSTA, E. et. CUNHA, J. Acampamentos “ciganos”: os desafios da implementação de direitos. 2017.

⁶⁰ Ibid

- Os acampamentos, tradicionalmente associados à etnia vem reduzindo seu tamanho ou se extinguindo, seja por impossibilidade prática de viver neles ou por perseguição gadjé⁶¹. Essa diminuição acarreta na “sedentarização” forçada com a construção de casas de alvenaria (em contraste às habitações “tradicionais”⁶²), nem sempre permitindo que as comunidades vivessem próximas umas das outras.
- A pobreza, as degradantes condições de habitação, a dificuldade no acesso a serviços básicos ainda castigam notável porção dos Roma brasileiros.
- Não há uniformidade nas políticas estatais, quando existem, direcionadas aos Roma. Geralmente são de iniciativa municipal e apenas versam sobre destinação de terras para acampamentos/assentamentos. Programas nacionais como o Bolsa Família até chegam à população, mas são inservíveis à nível de mapeamento socioeconômico.

A falta de um domicílio fixo e documentos de identificação recorrentemente obstam o acesso à programas sociais, à educação (sabido que as escolas públicas são loteadas de acordo com o domicílio do estudante) e à saúde. Quando no plano diretor municipal se omitem os acampamentos, muitas habitações acabam por carecer de luz, água e saneamento básico. Há uma gama de questões como as supracitadas que não só impedem a estruturação de uma política pública específica como obstam o acesso à serviços tidos como universalizados à população. E são ao menos 849 municípios brasileiros que convivem com “ciganos”.

Se à luz do Estado não costumam existir, certamente essa invisibilidade é algo esmaecida para a sociedade que algo sabe sobre um “cigano ou cigana”. Os arcaicos estudos etnográficos e antropológicos que não hesitaram em degradar explicitamente os Roma e suas culturas certamente, hoje, não são frequentes. Mas o preconceito e a violência prescindem da academia para subsistir.

Quem se aventura a entender a percepção da sociedade convencional, certamente encontrará depoimentos como os descritos a seguir:

“Eu acho os ciganos uma raça muito acomodada. Porque eles não ligam em trabalhar, fazer coisas como uma pessoa normal faz, eles só querem depender das pessoas pra tudo, só vivem nas portas pedindo

⁶¹ Ibid p. 236

⁶² Termo que precisa ser interpretado de maneira crítica. Séculos de marginalização e negativa assistencial, regra-geral, incutiram a impossibilidade de pensar em condições melhores de vida.

comida, esmola, eles pedem tudo que você imaginar. Pra mim eles não prestam, são um bando de vagabundos”;

“Eu detesto os ciganos. Acho eles feios, sujos e nojentos, eles são oportunistas. Pedem muito, e se a gente não dá algo a eles, ficam insistindo e enchem o saco. Acho que eles não devem se misturar com a gente, porque temos costumes diferentes”;

“Na realidade eu não penso, tenho certeza, são pessoas que não gostam de trabalhar.... Suas atividades de sobrevivência (são) tocar, rezar, pedir e viver sempre tapeando os otários”;

“Eu acho que os ciganos, pelo menos os de Sousa, são pessoas que não gostam de trabalhar, pelo contrário, praticam o roubo e muitas vezes assassinatos. A maioria não merece confiança; além disso não são higiênicos”. (Em MOONEN, p. 126.)

Os últimos depoimentos foram colhidos de alunos matriculados em uma escola da rede estadual em Sousa, na Paraíba. A cidade, à época, contava com considerável população Roma. Não são menos depoimentos de estudantes universitários da Universidade Federal da Paraíba:

(...) 10) os ciganos não têm princípios de ética e não acreditam nos Dez Mandamentos; (11) antigamente os ciganos tinham costume de carregar crianças para vender lá fora.... a sua sobrevivência é sempre vender o que eles produzem ou então se houver oportunidade de roubar, eles roubam; (12) eu os considero violentos, mentirosos e sem confiança, porque já constatei fatos que me fazem pensar dessa forma. (Em MOONEN, p. 127.)

Apenas para exemplificar, a polícia, ainda hoje parece fazer questão de detalhar que um “cigano” é suspeito/acusado de um crime⁶³. Mesmo o jornalismo de massa, que agora embarca no “politicamente correto”, segue reverberando preconceitos e estigmatizações contra os Roma. Ao descrever o desdobramento de uma operação policial visando impedir uma festa em Vitória, não

⁶³ Apenas à título de ilustração:

1. **Operação Nômades prende autor de homicídio em Pernambuco; autor faz parte de clã de ciganos.** Polícia Civil de Goiânia. 12 de maio de 2020. Disponível em <<https://www.policiacivil.go.gov.br/delegacias/operacao-nomades-prende-autor-de-homicidio-em-pernambuco-autor-faz-parte-de-cla-de-ciganos.html>>,
2. **Polícia Militar de Juara apreende um grupo de ciganos em um balneário.** Kívyá Larocca, As <http://www.pm.mt.gov.br/-/policia-militar-de-juara-apreende-um-grupo-de-ciganos-em-um-balneario>, 3. <https://www.je10.com.br/operacao-da-policia-civil-prende-11-ciganos-estelionatarios-em-flagrante/>.

conseguiu fazê-lo sem dizer que se tratava de um casamento cigano⁶⁴. E quem realmente procurou apurar se a “Cigana Milena”, alvo de investigação, era, de fato, Roma⁶⁵?

A partir do trabalho desenvolvido pela AMSK, questões que vimos no neste capítulo e nos anteriores, a situação de marginalidade do Roma não deveria surpreender a ninguém. É certo que, como propriamente destacamos ao longo deste ensaio, essa marginalidade adquire gradações, às vezes mais penosas, outras menos.

Ser Roma no Brasil, signifique o significar de acordo com os estereótipos do mundo *gadjé*, não é verdadeiramente tolerado. Talvez ser branco, não usar vestidos longos, não morar numa barraca ou no assentamento, viver uma “vida honesta” e não ser nômade, descaracteriza a possibilidade dessa “identificação externa”. Consequentemente, se presume que, nesses termos, o indivíduo não sofrerá as penas de ser “cigano”. Mas o simples fato de ser possível que uma pessoa, que se reconhece como parte de uma etnia, pratique a buena-dicha, desloque seu domicílio com frequência e viva feliz numa simples, mas colorida tenda, é que evidencia que o preconceito e a estigmatização em torno do Roma existem.

⁶⁴ **Casamento cigano gera aglomeração com cerca de 300 pessoas no ES e polícia é acionada.** Vitória do Espírito Santo. G1. <https://g1.globo.com/es/espírito-santo/noticia/2020/06/12/casamento-cigano-gera-aglomeracao-com-cerca-de-300-pessoas-no-es-e-policia-e-acionada.ghtml>

⁶⁵ **Cigana Milena: Polícia busca suspeita de golpes de 'benzimento de dinheiro.** Sarah Peres, Brasília, 16 de julho de 2020. https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2020/07/16/interna_cidadesdf,872794/cigana-milena-policia-busca-suspeita-de-golpes-de-benzimento-de-dinh.shtml

SEÇÃO 2 - O DIREITO E O ROMA

CAPÍTULO 4 - “OLVIDADO” - AS CONSTITUIÇÕES BRASILEIRAS E O ROMA

É certo que a organização político-jurídica mudou bastante entre os períodos ressaltados ao longo deste trabalho até chegarmos à atualidade.. Nesse sentido, analisaremos brevemente a história constitucional brasileira para entendermos como, ao final, chegamos às preocupações da Carta Magna de 1988, que, por fim esboça um rumo diferente para o Roma. Assim mesmo, veremos como as preocupações constitucionais, por garantistas que fossem em alguns períodos, pouco lhes ajudava. É certo que a partir de 1934, como um sismógrafo, há uma progressiva passagem do Estado Liberal para o Estado Social, citando Caio Tácito⁶⁶. Desde já, atesta-se que nenhuma delas se molestou em conferir ao Roma explícito tratamento, fosse este negativo ou positivo.

A Constituição de 1824,⁶⁷ a primeira do país, surge não só após a independência mas ainda no contexto de disseminadas rebeliões sociais. Querendo formar um Estado centralizado, a monarquia certamente procurou estabelecer pontos de controle pelo território. As Câmaras Municipais, a exemplo, eram dotadas de atribuições muito diferentes das que conhecemos hoje. Apesar de seu caráter “meramente administrativo”⁶⁸, eram designados aos municípios formas de “manter a ordem” e proteger a monarquia de insurreições populares. O art. 169⁶⁹, por sua vez, prescrevia a competência de organização do poder de polícia. Isso explica porque, como visto, eram as Câmaras Municipais que ordenavam a repressão aos Roma:

“O exercício de suas funções municipais, formação de suas posturas policiais, aplicação de suas rendas, e todas as suas particulares e úteis atribuições serão decretadas por uma lei regulamentar.”

À época, o tráfico de escravos estava em ampla ascensão e as preocupações constitucionais muito distavam da tutela dos direitos sociais, apesar de alguns já serem reconhecidos. Não obstante,

⁶⁶ TÁCITO, Caio. 1988 / Caio Tácito. Coleção Constituições brasileiras ; v. 7. página 21. 3. ed. — Brasília : Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas 2012.

⁶⁷ NOGUEIRA, Octaciano *In* 1824 / Octaciano Nogueira. Coleção Constituições brasileiras ; v. 1 — 3. ed. — Brasília : Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2012.

⁶⁸ Art. 24: “As Câmaras são corporações meramente administrativas, e não exercerão jurisdição alguma contenciosa” *In* **Constituição (1824) Constituição** Política do Império do Brasil. Rio de Janeiro, 1824. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao24.html>.

⁶⁹ *Ibid*

esta Constituição reconhecia reduzida parte de seus jurisdicionados como titulares de direitos. E se a “Constituição da Mandioca” permitiu que por ordens municipais se tolhera arbitrariamente a igualdade e a liberdade de alguns indivíduos em particular, não é de se surpreender que a o Roma em situação de marginalidade não tivesse qualquer privilégio nesta ordem jurídica.

Sucedendo à exordial a Constituição de 1891, que de alguma forma começa a abraçar valores mais liberais e democráticos: a escravidão havia sido abolida e o voto deixara de ser censitário. No entanto, naquele momento era fundamental romper com os valores da monarquia. A descentralização do poder e a descentralização do Poder Executivo central remetiam às principais preocupações do constituinte. Os primeiros artigos constitucionais tratavam, justamente, da nova organização política, federalista.⁷⁰,

No campo dos direitos individuais, o *habeas corpus* é introduzido no ordenamento para coibir os excessos do poder e garantir a correta aplicação da lei. Contudo, a mudança foi muito tímida em relação à constituição pretérita⁷¹. Inclusive, no campo dos direitos sociais, houve a subtração do direito à educação primária gratuita.

A Constituição de 1934, efêmera por sua duração, encampou os desejos de ruptura com a política oligárquica que havia se formado com a desagregação do centro de poder. Donde o aspecto organizacional do Estado não deixa de ser importante, cede-se um pouco de seu protagonismo para os ideais relacionados à sua funcionalidade e responsabilidades. A democracia, garantida formalmente pela Constituição anterior, enfrentava, no plano fático, diversos obstáculos que permaneciam desatendidos. A justiça social e a redução de desigualdades sociais, pela primeira vez, assumem papéis importantes no novo desenho constitucional. Já se conhecia que não bastava apenas a “garantia” por lei: eram necessários meios de executá-la na prática. O mandado de segurança, instrumento protetivo dos direitos líquidos e certos, surge e se soma ao *habeas corpus*, recuperado após uma limitação em 1926. Já era possível socorrer-se ao Judiciário para coibir as violações impostas por autoridades estatais.

⁷⁰ BALEEIRO, Aliomar. 1891 / Aliomar Baleeiro (Coleção Constituições brasileiras ; v. 2) . — 3. ed. — Brasília : Senado Federal, Subsecretaria de edições Técnicas, 2012.

⁷¹ *Ibid* p. 34

Ressalte-se que tanto em 1891 quanto em 1934, o direito de voto foi explicitamente indeferido aos sem-teto. Certamente os Roma nômades assim eram considerados e por muito tempo não puderam votar. Quanto às medidas judiciais, é pouco crível que pudessem ter oportunizadas à boa parte dos Roma.

Apesar de durar pouco, é certo que seu legado subsistiu, e foi recuperado pela a Constituição de 1946. Nesse meio tempo, a Constituição de 1937 entrou em vigor e apesar de várias reformas sociais terem sido empreendidas durante o Estado Novo, a Carta, em si, estava preocupada em reconstruir a força do Executivo central, ciente das tensões pré-Segunda Guerra Mundial. O mandado de segurança, por exemplo, não mais poderia ser impetrado contra ato das grandes autoridades do poder executivo. Importava um regime forte, ainda que à custa dos direitos individuais e sociais:

Art. 123. A especificação das garantias e direitos acima enumerados não exclue outras garantias e direitos, resultantes da forma de governo e dos princípios consignados na Constituição. o uso desses direitos e garantias terá por limite o bem publico, as necessidades da defesa do bem estar, da paz e da ordem colectiva, bem como as exigencias da segurança da Nação e do estado em nome della constituído e organizado nesta Constituição. (BRASIL. **Constituição (1937) Constituição dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro, 1937.)

A Constituição de 1946, como vimos, em não muito distanciou-se daquela do primeiro governo Vargas e, inclusive, ampliou rol de direitos e garantias individuais. Nessa carta, dentro de outros direitos sociais, a casa foi considerada asilo inviolável do indivíduo e era assegurado o devido processo legal durante a persecução penal: a prisão agora só em flagrante delito ou por ordem escrita de autoridade competente.

Podiam, entretanto, as habitações dos Roma serem consideradas casas? E se até hoje nos deparamos com torrentes de prisões ilegais, é factível que a situação tenha sido a mesma ou pior. Os “ciganos” eram considerados, por defeito, como criminosos, trambiqueiros e vadios pelas autoridades policiais. Certamente estes não mudaram sua postura por conta de um texto constitucional que, provavelmente na esmagadora maioria das vezes, não podia ser colocado em prática pelo interessado. Era indiferente a existência de figuras como o habeas corpus ou o mandado de segurança se, no final das contas, eram provavelmente desconhecidos pelos Roma.

A Carta supramencionada durou, na prática, até o fatídico 31 de março de 1964. São indiscutíveis as atrocidades cometidas durante a Ditadura Militar que, diga-se de passagem, eram amparadas pelos próprios textos constitucionais que lhe foram contemporâneos. Estarrecia a violência do Estado e a convivência deste com um amplo rol de garantias individuais no bojo constitucional. A falta de efetividade dos referidos direitos durante o regime e mesmo nos textos anteriores reforçou a percepção de que "a abstenção do Poder Público, omissa na continuidade de suas prestações, é tão abusiva como a violação de direitos individuais⁷²", pensamento este consolidado e traduzido na Constituição de 1988.

Ante tais cenários, engendrou-se um "Estado de Bem-Estar Social", que absorvia as obrigações negativas do histórico Estado Liberal e também lhe convidava a assumir papéis relevantes na tarefa de garantir os direitos que assegurava. Nesse desenho, a dignidade da pessoa humana e a cidadania constituem fundamentos da República, que terá como objetivos, entre outros, a construção de uma sociedade livre, justa e solidária. Este último objetivo está relacionado aos direitos transindividuais (ou de terceira geração), que por força de movimentos sociais a partir da década de 1960, como descreve Maria Alice Rezende de Carvalho, também passaram a ser tutelados pela Carta:

Entrava em cena uma terceira onda de direitos, que, contudo não se refere exclusivamente a indivíduos, podendo abranger grupos, etnias, nações e a própria humanidade, em seu direito a um meio ambiente equilibrado, à paz ou à transmissão do patrimônio ecológico e/ou cultural às gerações futuras, isto é, aos cidadãos que ainda virão (REZENDE DE CARVALHO, p. 107, Op. Cit. *In* SCHWARCZ, Lília., BOTELHO, André.)

Os valores da liberdade, igualdade e solidariedade, consagrados no texto constitucional, são instrutórios das dimensões que compõem os direitos fundamentais. Por sua vez, estes se correlacionam instruem a tutela da dignidade da pessoa humana⁷³. Nesse sentido, Flávia Piovesan define:

Vale dizer, sem a efetividade dos direitos econômicos, sociais e culturais. os direitos civis e políticos se reduzem a meras categorias formais, enquanto que, sem a realização dos direitos civis e políticos, ou seja, sem a efetividade da liberdade entendida em sentido mais amplo sentido, os direitos

⁷² Tácito, p. 21

⁷³ "5. Todos os Direitos Humanos são universais, indivisíveis, interdependentes e inter-relacionados" In **DECLARAÇÃO E PROGRAMA DE AÇÃO DE VIENA**. Conferência Mundial sobre Direitos Humanos. 1993.

econômicos e sociais carecem de verdadeira significação. Não há mais como cogitar da liberdade divorciada da justiça social, como também infrutífero pensar na justiça social divorciada da liberdade. Em suma, todos os direitos humanos constituem um complexo integral, único e indivisível em que os diferentes direitos estão necessariamente inter-relacionados e interdependentes entre si⁷⁴.

É certo que parte desses valores já se faziam presentes em constituições pátrias anteriores. No entanto, o crescimento dos remédios constitucionais e a ampliação do acesso ao Judiciário (e o seu ativismo), sem descartar a grande relevância da difusão das tecnologias e da informação no século XXI na mobilização social, certamente cria um cenário sem precedentes na história do constitucionalismo brasileiro. A Carta Magna chancela a luta do Roma, seja como indivíduo em situação de vulnerabilidade, seja como integrante de uma etnia que merece ter sua cultura e particularidades preservadas:

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (...)

Contudo, no plano fático, os resultados estão longe de ser alcançados. Como mencionamos no Capítulo 3, há muitas peculiaridades que precisam ser tratadas para que os direitos fundamentais sejam efetivamente desfrutados pelos Roma. A judicialização da questão é insuficiente e sequer corresponde a meio hábil para enfrentamento de alguns dilemas. Como vimos, há uma forte conotação histórico-social envolvida que necessita, com urgência, da contribuição dos Poderes Legislativo e Executivo. E é atendendo a essas questões que se entende haver surgido o Projeto de Lei do Senado 248 de 2015, que visa criar o Estatuto do Cigano.

⁷⁴ PIOVESAN, Flávia. Op. Cit *In* PIOVESAN, Flavia. Direitos sociais, econômicos e culturais e direitos civis e políticos. **Sur, Rev. int. direitos human.**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 20-47, 2004. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1806-64452004000100003&lng=en&nrm=iso>. access on 11 Dec. 2020. <http://dx.doi.org/10.1590/S1806-64452004000100003>.

CAPÍTULO 5: “VOLARÉ” - A PLS 248/2015 - O ESTATUTO DO CIGANO

O texto inicial da PLS 248/2015, sucedido de debates (ainda que escassos) na sociedade civil, na academia e no próprio Congresso, trouxe deles uma claríssima e oportuna justificativa para a criação do Estatuto do Cigano. Impecável quanto ao diagnóstico dessa “lacuna” normativa, nada distante de configurar uma inconstitucionalidade pelos motivos que trabalhamos ao longo deste trabalho, sobretudo no capítulo 3, dispõe:

“Vive-se hoje a época de disseminada proteção jurídica dos direitos humanos. Assim, defende-se o direito à diferença, segundo o qual as minorias devem ter o direito de exercer a sua diferença em igualdade de condições com os demais.

Nessa seara, testemunha-se amplo catálogo normativo de proteção aos direitos de várias minorias, quantitativas ou políticas, como as mulheres e os negros. Contudo, há minorias ainda sem marcante proteção legal. Entre elas, há os ciganos.”⁷⁵

Dentro das informações à disposição, sabe-se que o projeto recebeu críticas dentro da própria comunidade Roma. Existem numerosas associações representativas relacionadas, hoje, no Brasil. A diversidade da qual se compõe o Roma como grupo-gênero traz à luz uma série de demandas específicas à cada etnia. Isso se fez notar em diversos momentos nos bastidores do processo legislativo e há uma série de iniciativas empreendidas por apoiadores da causa para trazer essa pluralidade de demandas ao debate. Sejam essas críticas pertinentes ou não, o texto em si é, em nossa visão, dotado de uma generalidade capaz de atender satisfatoriamente às demandas comuns. As ações afirmativas que serão empreendidas adiante, tendo que o Estatuto não tem por si o condão de executar uma política pública, mas sim dotá-la de fundamentação legal, deverão avaliar, em concreto, as particularidades do caso. Por ora, é importante que essa “generalidade” seja mantida, até para não alongar ainda mais o processo legislativo. O projeto, em novembro de 2020, sequer havia chegado ao Plenário do Senado.

Desde a sua proposição, numerosas emendas foram empenhadas. O PLS passou pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) e a Comissão de Assuntos Sociais (CAS). Agora se

⁷⁵ BRASIL. Congresso Nacional. Projeto de lei 248/2015. Texto Inicial. Disponível em <<https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=2920801&ts=1593915215315&disposition=inline>>. Todos os documentos correlacionados serão dispostos na seção de bibliografia.

encontra na Comissão de Direitos Humanos (CDH). A partir do projeto inicial, analisaremos os artigos, oportunamente com as emendas propostas, tecendo comentários e críticas, quando necessário. Em linhas gerais, o Estatuto compõe-se de um título para as disposições gerais, traçando os sujeitos da ação estatal e o meio de atuação deste⁷⁶ na garantia dos direitos que são dispostos a seguir. Traz o título dos direitos fundamentais, com um capítulo para os direitos sociais relacionados à educação, moradia, saúde, cultura, acesso à terra, moradia e trabalho. Segue-lhe o título para promoção da igualdade e, por fim, as disposições finais.

Na Comissão de Educação, Cultura e Esporte foram promovidas nove emendas a partir do texto original, das quais subsistem cinco. A primeira emenda, logo no art. 1º, foi certamente a mais relevante e positiva.

“Texto inicial:

TÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Lei institui o Estatuto do Cigano, para garantir à população cigana a igualdade de oportunidades.⁷⁷

Parágrafo único. Para efeito deste Estatuto, considera-se:

⁷⁶ O artigo 3º, alterado apenas na forma pela última emenda até o momento. instrui como se desenvolverão as ações proposta pelo caput art. 1º:

Art. 3º A participação da "população cigana" (substituído por **“povos ciganos”** na CDH) , em condição de igualdade de oportunidades, na vida econômica, social, política e cultural do País será promovida, prioritariamente, por meio de:

- I – inclusão nas políticas públicas de desenvolvimento econômico e social;
- II – adoção de medidas, programas e políticas de ação afirmativa;
- III – promoção do combate à discriminação.

Fonte: BRASIL.COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Congresso Nacional. Projeto de lei 248/2015. Relatório Legislativo. Disponível em <<https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=7929672&ts=1593915216084&disposition=inline>>.

⁷⁷ O caput foi alterado no segundo pacote de emendas da CE, incluindo os direitos coletivos no seu bojo:
Art. 1º Esta Lei institui o Estatuto do Cigano, para garantir à população cigana a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica

Fonte : BRASIL.COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, Congresso Nacional. Projeto de lei 248/2015. Relatório Legislativo. Disponível em <<https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=7929672&ts=1593915216084&disposition=inline>>.

- I – população cigana: o conjunto de pessoas que se **autodeclaram ciganas, ou que adotam autodefinição análoga**;
- II – desigualdade racial: toda situação injustificada de diferenciação de acesso e fruição de bens, serviços e oportunidades, nas esferas pública e privada, em virtude de raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica;
- III – políticas públicas: as ações, iniciativas e programas adotados pelo Estado no cumprimento de suas atribuições institucionais;
- IV – ações afirmativas: os programas e medidas especiais adotados pelo Estado e pela iniciativa privada para a correção das desigualdades raciais e para a promoção da igualdade de oportunidades. (grifos nossos)”⁷⁸

Logo a primeira emenda feita ao projeto, na CE, altera o texto do inciso I, art. 1º:

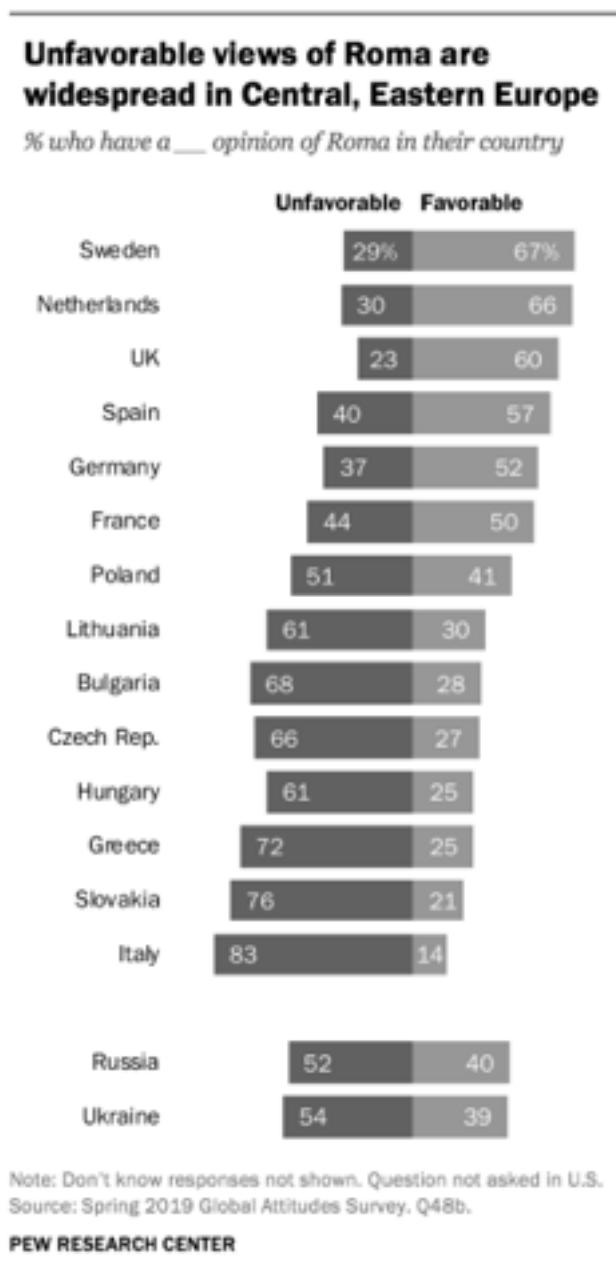
"Inicialmente, entendemos ser necessário reformular a definição de população cigana que consta no inciso I do parágrafo único do art. 1º da proposição. Em consulta aos membros da comunidade cigana verificou-se que não é suficiente a adoção da autodeclaração como critério de identificação do grupo. Propomos, portanto, que seja adotado formato semelhante ao existente na Lei no 6.001, de 19 de dezembro de 1973, que institui o Estatuto do Índio. Assim, será considerado membro da população cigana aquele que, além de se autodeclarar nessa condição, for reconhecido pela comunidade como tal. Eliminamos, também, a expressão “que adotam autodefinição análoga”, por considerar que torna demasiadamente imprecisa a definição”.⁷⁹

Coincidência ou não, adota-se o critério de identificação do Roma tal como se é feito no Estatuto do Índio. Nos capítulos 2 e 3, frisou-se a diversidade étnica (e fenotípica, para fins do racismo *à la* brasileira) entre a população Roma do país. A delegação parcial do veredito às comunidades torna o processo menos suscetível à fraudes que se possam praticar em ações afirmativas, por exemplo. Como descrito nas justificativas dessa primeira emenda, os próprios Roma envolvidos nas consultas reforçaram a necessidade do encerramento supramencionado. É comum que, em muitos países, *gadjés* se identifiquem como Roma a fim de praticar "legitimamente" atividades amplamente associadas à cultura, tais como a quiromancia e a música. É notório o ânimo comercial dessa apropriação naqueles contextos em que “pertencer” a uma minoria étnica é valorizado.

⁷⁸ BRASIL.Congresso Nacional. Projeto de lei 248/2015. Texto Inicial. Disponível em <<https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=7929672&ts=1593915216084&disposition=inline>>.

⁷⁹ BRASIL.COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, Congresso Nacional. Projeto de lei 248/2015. Relatório Legislativo. Disponível em <<https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=7929672&ts=1593915216084&disposition=inline>>.

Aqui retomamos a questão trazida por Marushiakova e Popov sobre a identificação, pela sociedade convencional, de quem é ou não Roma. Sabe-se que no leste europeu, principal referência dos autores no *paper* referenciado, a sociedade convencional trata como Roma indivíduos que sequer se identificam como tal. É plausível vislumbrar que isso se dê pela associação entre mendicância, pobreza e marginalidade ao mencionado grupo. Por sinal, os países do leste europeu são campeões em intolerância ao Roma⁸⁰:



⁸⁰ PEW RESEARCH CENTER, *In EUROPEAN PUBLIC OPINION THREE DECADES AFTER THE FALL OF COMMUNISM - MINORITY GROUPS*. Richard Wike, Jacob Poushter, Laura Silver, Kat Devlin, Janel Feterloff, Alexandra Castillo e Christine Huang. Disponível em <<https://www.pewresearch.org/global/2019/10/14/minority-groups/>>

A situação parece ter outros contornos no Brasil. Aqui, mendicância, pobreza e marginalidade comumente são associadas a outras minorias. Também não podemos estimar a profundidade da intolerância ao Roma no cenário doméstico, sendo apenas certo que ela existe. Roma, em outras jurisdições, se aproxima de ser uma categoria social. No Brasil, a sua qualidade étnica não encontra muitos motivos para “descaracterização”. Como vimos, a invisibilidade, a concepção da formação nacional e o racismo *à la* brasileira, nos deslocam para uma análise *sui generis*, com fórmulas diferentes daquelas utilizadas em outros cantos do globo. Não é propósito deste trabalho analisar essa questão e seria até impossível ante à já mencionada insuficiência de dados relativos aos Roma no Brasil. De tal sorte, o critério mencionado parece ser o mais adequado nas circunstâncias domésticas até porque foi transplantado da experiência com outra minoria étnica.

Seguindo com a análise do Estatuto, cremos que, entretanto, a emenda comete uma incorreção, ao nosso ponto de vista:

I – população cigana: conjunto de indivíduos de origem e ascendência cigana que se identificam e são identificados como pertencentes a um grupo étnico **cujas características culturais o distinguem da sociedade nacional;**”(grifos nossos)

Cumprir dizer que copia o art. 3º, I, do Estatuto do Índio, que comete o mesmo erro⁸¹. Na prática, o trecho não parece causar maiores implicações. Porém, simbolicamente retira os Roma da formação da sociedade brasileira ao reconhecê-los como “alheios”. O texto do Estatuto do Índio é da época da Ditadura e até se entende o “erro”. E justamente por datar do tempo mencionado, deveria o legislador ter prestado mais atenção ao copiar dele o texto. Ademais, na linha do que temos versado neste trabalho, há muitos Roma que se integraram em maior ou menor escala à sociedade convencional. Nem por isso, necessariamente, deixaram de merecer proteção da lei, especialmente a tutela de seu patrimônio histórico-cultural. O inciso, atualmente, constitui parágrafo único do art. 1º e substituiu-se, em todo o PLS, o termo “população cigana” por “povo cigano”, expressão mais adequada.

⁸¹ Art. 3º Para os efeitos de lei, ficam estabelecidas as definições a seguir discriminadas:

I - Índio ou Silvícola - É todo indivíduo de origem e ascendência pré-colombiana que se identifica e é identificado como pertencente a um grupo étnico cujas características culturais o distinguem da sociedade nacional;

FONTE: BRASIL. Lei 6001, de 19 de dezembro de 1973. Dispõe sobre o estatuto do índio Brasília. 1975. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6001.htm?>

É relevante, entretanto, atentarmos a outra emenda feita na CE, que suprimiu o art. 7º da proposição original, transcrito abaixo:

"Art. 7º Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, é obrigatório o estudo da história geral da população cigana, observado o disposto na Lei no 9.394, de 1996"

A disposição inicial era positiva e certamente contribuiria muito no trabalho a ser feito para combater a invisibilização e as estigmatizações que assolam o povo Roma. A supressão, no entanto, foi empenhada sob a justificativa de que a lei 9.131/95 reservaria aos órgãos vinculados ao Ministério da Educação a competência de elaborar diretrizes curriculares na educação básica. Em verdade, essa discussão em nada interferiria que o estudo da história e cultura dos povos Roma pudesse ser declarado como obrigatório nos estabelecimentos de ensino básico. Bastava apenas alterar o conteúdo do artigo no Estatuto e através dele promover uma re-escrita do art. 26-A da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que hoje dispõe:

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.

Até o momento, nada foi feito para sanar o problema, grave. Muitos autores já chamaram a atenção para a ausência de diretrizes educativas que amparem a história e a cultura Romaní em outros países e apontam isto como uma das concausas de evasão escolar entre os jovens Roma, seja por decisão própria ou de seus tutores. Por outro lado, favorece a perpetuação dos estigmas e da invisibilização do Roma na sociedade.

Ao passar para o CAS, percebemos que as preocupações de forma perdem protagonismo e problemas mais palpáveis passam a fazer parte do debate. As especificidades relacionadas à concretização dos direitos fundamentais foram abordados com mais detalhe nesta Comissão. Assim,

duas emendas foram apresentadas, uma delas claramente instruídas por particularidades vividas pelos Roma brasileiros:

Texto inicial:

"Art. 11. O poder público promoverá políticas públicas para a população cigana, a fim de promover:

I – o acesso ao Sistema Único de Saúde; II – o combate a doenças;

III – o acesso a medicamentos;

IV – o planejamento familiar;

V – o acompanhamento pré-natal;

VI – o tratamento dentário;

VII – o amparo à criança, ao adolescente, ao idoso e à pessoa com deficiência; VIII – a orientação sobre drogas.”

Emenda proposta pela CAS:

“Art. 11. Serão instituídas medidas de acolhimento para garantir o acesso da população cigana às ações e aos serviços do Sistema Único de Saúde (SUS) e às políticas públicas de promoção da saúde e prevenção e controle de doenças, com ênfase nas seguintes áreas

I – assistência farmacêutica; II – planejamento familiar; III – saúde materno-infantil; IV – saúde do homem; V – saúde bucal; VI – saúde mental e prevenção e tratamento do tabagismo, alcoolismo e abuso de drogas ilícitas; VII – segurança alimentar e nutricional.

§ 1º As medidas previstas no caput incluirão:

I – sensibilização e qualificação dos profissionais de saúde e dos demais integrantes das equipes dos serviços de saúde quanto às necessidades e peculiaridades da população cigana; II – articulação intersetorial; III – fortalecimento da participação e do controle social; IV – combate a toda forma de preconceito institucional; V – utilização de materiais gráficos ou audiovisuais e de meios que permitam aos ciganos com pouca ou nenhuma escolaridade obter melhor compreensão sobre os métodos de prevenção e identificação de doenças e maior acesso aos serviços e às ações de saúde.”

Por outro lado, promoveu uma mudança no art. 10 original, transcrito abaixo:

Texto original:

“Art. 10. Fica assegurado o atendimento na rede pública de saúde ao cigano que não for civilmente identificado.”

Emenda proposta pelo CAS:

"Art. 10. Fica assegurado o atendimento de urgência e emergência nos serviços do Sistema Único de Saúde (SUS) ao cigano que não for civilmente identificado"

É certo que essa restrição não é mal-intencionada e tenta não criar, no Estatuto, uma disposição contrária ao princípio constitucional da isonomia sem instruir-se de motivo razoável e proporcional. A ausência de documentos de identificação é endêmico entre as populações Roma ao redor do mundo, muitas vezes atribuído a pouca importância prática, para si, de possuir documentos oficiais. O Estatuto poderia, nesse sentido, criar uma norma instrutória de políticas públicas futuras a fim de que essa “regularização” possa ser facilitada no futuro. Não se nega o tratamento de emergência, mas tampouco se exime a população em questão de uma obrigação comum a todos os brasileiros.

Também foram promovidas mudanças na CDH, rejeitando algumas emendas, suprimindo disposições desnecessárias e trazendo novos aditivos. O artigo 2º, por sua vez, passou de uma disposição genérica, quase transplantado a generalidade da qual se dota o texto constitucional, para uma redação muito mais atenta ao caso concreto. Agora, a proteção aos Roma é, ao menos materialmente, constitucional.

Texto inicial:

Art. 2º: É dever do Estado e da sociedade garantir a igualdade de oportunidades, reconhecendo a todo cidadão brasileiro, independentemente da etnia ou da cor da pele, o direito à participação na comunidade, especialmente nas atividades políticas, econômicas, empresariais, educacionais, culturais e esportivas, defendendo sua dignidade e seus valores religiosos e culturais.

Texto atual, depois de emenda na Comissão de Direitos Humanos:

Art. 2º: É dever do Estado e da sociedade promover a inclusão social, política e econômica dos povos ciganos, defendendo sua dignidade, sua liberdade de crença e de consciência e sua cultura.

Dentre outros aspectos importantes, além daqueles trabalhados explicitamente ao longo deste capítulo, reconhece-se o povo Roma como formador do Brasil, apesar da definição do parágrafo primeiro do artigo 1º, abordado anteriormente⁸². Ademais, determina-se a colheita de dados demográficos sobre a população em questão, de suma importância pelas razões aduzidas no capítulo 3 deste trabalho. São os dados obtidos nessa colheita que poderão orientar melhor ao gestor público, à academia e a própria sociedade civil quanto ao manejo das questões suscitadas a partir dos debates sobre a situação dos Roma no Brasil.

Mas quão efetivo é o Estatuto do Cigano para imprimir mudanças estruturais? Não é fácil promover uma minoria à condições de igualdade. Dentro do contexto das ações do Estado, o conceito de transversalidade no desenvolvimento eficaz de políticas públicas tem ganhado especial atenção, podendo se definir nos seguintes termos:

"De forma análoga, no hodierno jargão das políticas públicas o termo tem sido usado para designar tratamento de certos temas de forma oblíqua à divisão burocrático-departamental em ministérios, secretarias, institutos etc. Assim, o conceito de transversalidade, em sentido estrito, pressupõe atuação interdepartamental e criação de fóruns horizontais de diálogo e tomada de decisão, em que conhecimentos, recursos e técnicas acumuladas em cada espaço institucional possam atuar em sinergia. Quando aplicado a políticas para grupos populacionais específicos, por exemplo, o conceito compreende ações que, tendo por objetivo lidar com determinada situação enfrentada por um ou mais destes grupos, articulam diversos órgãos setoriais, níveis da Federação ou mesmo setores da sociedade na sua formulação e/ou execução.⁸³

O estabelecimento de certas garantias em lei, e o seu fiel cumprimento, certamente auxiliam o sucesso de uma causa. Mas há um longo caminho a se trilhar a partir do legislado e a própria PLS 248/2015 reconhece essa dependência, no art. 3º. A exemplo do que se nota em outras causas que visam promover minorias, o sucesso de uma ação pública, ademais, sobeja o próprio plano da transversalidade na execução das políticas. São profundas transformações sociais, no final das contas, que permitem a ruptura de paradigmas como a discriminação. O momento, como se infere a partir da própria justificativa do projeto é algo propenso para esses tipos de mudanças. Porém, há

⁸² Do texto inicial:

Art. 8º As línguas ciganas constituem bem cultural de natureza imaterial e

Art. 9º Fica assegurado à população cigana o direito à preservação de seu patrimônio histórico e cultural, material e imaterial, e sua continuação como povo formador da história do Brasil.

⁸³ *Op cit.* IPEA, Brasil em Desenvolvimento: Estado, Planejamento e Políticas Públicas, p. 780. 2015.

uma forte dependência da vontade do Poder Executivo em seguir os princípios que regem o Estatuto.

Vimos que há problemas crônicos relacionados à invisibilidade e a discriminação desses povos que não poderiam resultar, de outra sorte, senão na marginalização. O acesso ao mercado de trabalho, já tão dificultoso, a falta escolarização, deploráveis condições de saneamento das habitações, estigmatizações, enfim, são apenas alguns dos problemas com os quais coexistem os Romanís brasileiros e que, por sua vez, denotam a importância de uma ação integrada, capaz de trabalhar com a amplitude e o zelo exigidos pelo caso concreto.

Toda busca pela igualdade necessita de um pontapé inicial. O direito pátrio passou por profundas mudanças sem as quais talvez seria impossível imaginar uma proposição como a PLS 248/2015. Mudanças de caráter estrutural não se resolvem de um dia por outro e sabemos o quão impalpável o Direito pode ser para alguns. A promessa é de dias melhores para os Roma brasileiros mas o caminho, infelizmente, ainda é longo.

CAPÍTULO 6 - “FAENA” - O QUE EXPLICA TANTOS ANOS DE CASTIGO?

Muitos romanólogos, ante a impropriedade ou carência de bibliografia, se baseiam, também, em processos judiciais e instrumentos legais para melhor detalhar a história dos Roma. Ao usarmos as leis e os processos judiciais como base, entendemos, com mais ou menos certeza, como a repressão estatal ocorreu e quais eram os fins pretendidos pelo Direito à época. Assim mesmo, revisitamos brevemente duas correntes de interpretação do fenômeno jurídico. O objetivo aqui é demonstrar como as preocupações subjacentes à ordem legal cambiaram ao longo do tempo descrito até os dias atuais. No entanto, o Direito, como já ressaltado, nunca deixou de procurar regular a vida em comunidade, fossem quais fossem os “interesses sociais” promovidos.

A principiologia que rege o empreendimento uma vida em comunidade, assim, varia, embora esta noção seja comum a todas as sociedades, em qualquer momento histórico. Em outras palavras, como apresenta Sérgio Cavalieri Filho, "as normas do Direito são regras de conduta para disciplinar o comportamento do indivíduo no grupo, as relações sociais; normas ditadas pelas próprias necessidades e conveniências sociais. Não são regras imutáveis e quase sagradas, mas sim variáveis e em constante mudança, como o são os grupos onde se originam.”.

Como vimos, em boa parte do tempo que analisamos ao longo deste trabalho, o Direito, apesar de não negar a existência dos Roma como atores sociais, asseverou-lhes um tratamento típico, à luz das interpretações atuais sobre a dignidade da pessoa humana, degradante. Sem prosperar aqui a ideologia pessoal do autor e analisando de forma neutra a história, acreditou-se que existência do Roma, por séculos, criava uma disfunção social. E tamanho o comprometimento da ordem, entendeu-se por bem extraí-lo da comunidade.

Com o tempo, os objetivos subjacentes ao arcabouço legal cambiaram radicalmente e a tutela dos direitos fundamentais ganhou protagonismo. Assim mesmo, a vida em sociedade partiria do pressuposto em que a dignidade de cada ator social é respeitada, ao menos formalmente. Entendeu-se, finalmente que se a pessoa vive num contexto social, de maneira ou outra, deixa o Direito de cumprir sua função quando não lhe reconhece o direito de existir em sociedade.

A escola marxista, apesar de algumas impropriedades teóricas quanto à origem do Direito, nos ajuda a entender o fenômeno da violência praticada contra os Roma. Em poucas palavras,

defendia que este nada mais seria que uma forma de legitimar uma ideologia opressora pre-existente, primando pelos interesses das classes dominantes sobre o proletariado. O conceito pode parecer algo obsoleto atualmente e exigiria adaptações à contemporaneidade. Da mesma forma, transpô-lo para épocas pregressas à sua obra também demanda ajustes. Nas mencionadas épocas, havia uma contraposição de interesses entre a sociedade convencional e os Roma.

A sociedade convencional representava aqueles que possuíam domicílio e profissões fixas, portavam uma vestimenta adequada aos valores da época, tinham uma concepção amplamente aceita sobre a propriedade, possuíam a fé católica, regiam-se por determinadas normas, tinham um fenótipo comum, entre outros aspectos. Como sabemos, os Roma possuíam cultura e valores diferentes, praticavam hábitos “incomuns”, muitas vezes ganhavam a vida com o exoterismo (numa época de inquestionável hegemonia do catolicismo), não possuíam domicílio num primeiro momento, trajavam-se diferentemente e tinham uma relação diferente com a propriedade, entre outros aspectos. Não sem motivo foram os Roma e seu modo de viver tão combatidos, justamente por não se assimilarem, imediatamente, aos padrões aceitos à época. Características que lhes diferenciavam do “comum” serviram pro Direito, unicamente respondendo às vontades dessa sociedade convencional, legitimar a repressão aos Roma.

O que seria o proletariado, para Marx, à época? Não existiam fábricas e os grandes detentores de capital pertenciam ao corpo político-ecclesiástico: as terras pertenciam ao reino e à Igreja e o capitalismo, tal como conhecemos hoje e aquele com que conviveu Marx, ainda parecia incipiente. Democracia era um conceito longínquo que remontava à Grécia e Roma antigas — tudo o que fosse positivado em lei não representava uma vontade propriamente popular exceto se considerarmos que os legisladores assim o eram por desejo convicto dos súditos. Então quem seria a classe dominante nessa fórmula marxista?

Todos aqueles que pertencessem e zelassem pelo “convencional” pois, de toda a sorte, eram aqueles que possuíam a capacidade, ainda que remota, de transpor suas demandas para o Direito. Descartando que a elite pudesse ser de fato perturbada pelos Roma, tendo que dificilmente ameaçariam seu poder pelo que, ao que tudo indica, a própria Inquisição espanhola pouco se preocupara com eles, o conceito marxista precisaria se esmaecer para ganhar os contornos necessários para a interpretação adequada à época.

Surge, assim, uma sucedânea de leis expulsando os Roma, tanto em Portugal quanto na Espanha, algumas apenas repetindo ordens anteriores. Pouco depois, ampliou-se o escopo da repressão ao condenar-lhes às galés, expatriá-los às colônias (tendo que na sua presença era reprimida em outras jurisdições europeias) e até a pena de morte foi incluída⁸⁴.

A violência fora tamanha que, como vimos, alguns Roma precisaram se fixar e procurar viver uma vida mais compatível com os costumes da época e do lugar. Fosse de forma voluntária ou não, pois ante o agravamento das penas subsiste indício de que alguns Roma não quiseram ou não puderam adaptar-se, os valores convencionais conseguiram, de forma ou de outra, vencer o inimigo estrangeiro.

Alguns autores, como Frans Moonen, aventam a hipótese de que essas leis poderiam nem ter sido efetivamente aplicadas. O lapso temporal entre a atualidade e a época dessas leis, somados à escassez de documentos judiciais e a limitada bibliografia nos deixará sem uma resposta clara. Vemos, igualmente, relatos trazidos por David Martín, indicando que a origem cigana era eximida, fosse por assimilação dos ciganos com alguns dos novos vizinhos ou vice-versa.

Descarto que a repressão não tenha de fato existido como regra geral pois sem ela não haveria justificativa para edição de novas leis e sua vigência prolongada. Em Portugal, a pena de morte fora abolida somente em 1694⁸⁵. Ademais, é pouco factível que os mesmos preconceitos da época se refletissem na atualidade caso não houve uma opressão sistematizada.

E retomando a discussão à Marx, notamos um claro episódio em que o Direito legitimou os interesses de uma classe de pessoas — não necessariamente assim definidas por aspectos econômicos ou de poder — sobre outras, negando delas, por vezes, o direito à vida. Se nem todos aqueles que pertenciam à sociedade convencional se comportavam de forma repressiva, certo é que sua vontade não foi relevantemente contemplada por um bom tempo. Os Roma tiveram sua condição de “ser social” retirada por muito tempo. Embora fossem atores sociais, pois se não o fossem seria integralmente desconsiderados pela ordem jurídica, o Direito não cuidou de reconhecê-los como sujeitos de direitos que possuem expectativas de empreender uma vida em sociedade.

⁸⁴ Francisco de Sales Mayo, na Espanha e Adolpho Coelho, em Portugal, trataram das leis nas obras mencionadas na seção de bibliografia.

⁸⁵ COELHO, p. 177.

SEÇÃO 3 - “RUPTURA”: CONCLUSÃO

Os Roma, ou ciganos, são indivíduos que formam parte de conjunto de grupos étnicos que, em sua maioria, descendem de ancestrais indianos, egressos de sua “terra natal” em algum momento do século XII. O nomadismo acompanhou boa parte da história desses povos, de sorte que hoje temos provas sólidas de que as frequentes migrações podem ser atribuídas à hostilidade dos diferentes povos com quem cruzaram. Tal repressão, apesar de existente durante todo o lapso temporal estudado, perdeu lugar em circunstâncias específicas e por razões diversas. A sedentarização e o “abandono” da condição de “cigano”, isto é, a fuga prática dos estereótipos existentes - deixar o nomadismo, assumir um emprego formal, acumular patrimônio -, garantiram aos Roma uma situação de menos desprestígio na sociedade, podendo-se ventilar ter sido responsável pela própria sobrevivência de muitos.

A sociedade convencional, e, conseqüentemente o Direito, trataram, por muito tempo, de extinguir o Roma. Uma interpretação marxista responde satisfatoriamente aos porquês da repressão, conquanto é facilmente observável, até a superveniência de um câmbio nas concepções dos fins do Direito, a dicotomia sociedade convencional x Roma. O nosso ordenamento, ainda que tardiamente, também refletiu essa mudança/

Identificar um Roma não é tarefa simples, pelo qual a autodeclaração e o reconhecimento perante uma comunidade se mostram como os critérios mais adequados no Brasil, dentro daqueles existentes. As experiências sociais do Roma no Brasil podem ser as mais variadas, dependendo de uma série de fatores relacionadas à sedentarização, ao fenótipo, à condição econômica e a possibilidade de ser identificado como “cigano”, dentro dos estereótipos do senso comum. A falta de dados concretos e pesquisas detalhadas agrava o desconhecimento sobre o povo Roma.

O país ignora, por muito tempo, o Roma como povo formador da identidade e da nação brasileira, mesmo que presentes desde 1574. Nesse sentido, o racismo *à la* brasileira e as próprias concepções de formação nacional, nos oferecem uma das possíveis razões para esse “esquecimento” e nos orienta para uma melhor forma de identificação do Roma. Os preconceitos e estereótipos, ademais, foram “importados” de outras jurisdições, como vimos e as Constituições, pelo menos até 1988, não pareceram se importar com o povo Romaní. A PLS 248/2015, como vimos, está totalmente alinhada com os fundamentos da atual Carta Magna. Ainda que insuficiente para, por si,

cambiar radicalmente a situação de marginalidade encarada por boa parte dos Roma, é ponto inicial para começarmos uma mudança.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANÔNIMO. **A Cigana**. Recife, anno 1, nº 1, 1874.

BALEEIRO, Aliomar. **1891 / Aliomar Baleeiro (Coleção Constituições brasileiras ; v. 2)** — 3. ed. — Brasília : Senado Federal, Subsecretaria de edições Técnicas, 2012.

BARBOSA, Leonardo Augusto de Andrade. **História constitucional brasileira : mudança constitucional, autoritarismo e democracia no Brasil pós- 1964 / Leonardo Augusto de Andrade Barbosa [recurso eletrônico]**. — Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2012.

BERCOVICI, Gilberto. **A problemática da constituição dirigente: algumas considerações sobre o caso brasileiro** *In* Brasília a. 36 n. 142 abr./jun. 1999. 1999.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política. Tradução de João Ferreira, Carmen C. Varriale e outros**. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 2ª edição. c19896.

BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Agenda brasileira: temas de uma sociedade em mudança**. [S.l: s.n.], 2016.

BORROW, George. **Romano Lavo-Lil, word book of the Romany or English Gypsy Language**. Londres. 1910

CAVALCANTE, L., COSTA, E. et. CUNHA, J. **Acampamentos “ciganos”: os desafios da implementação de direitos**. Associação Maylê Sara Kalí. 2017.

CAVALIERE FILHO, Sérgio. **Programa de Sociologia Jurídica**. Rio de Janeiro. Forense, 2007.

COELHO, Adolpho. **Os Ciganos de Portugal**. Imprensa Nacional. Lisboa. 1892.

DE SALES MAYO, D. Francisco: **El Gitanismo: História, Costumbres y Dialectos de los Gitanos**. Madrid. 1870.

DIETZ, Gunther. **The State and the Gypsies in Spain**. Granada: Laboratorio de Estudios Interculturales. 2003.

DONOVAN B. M., **“Changing perceptions of social deviance: gypsies in early modern Portugal and Brazil”**, *Journal of Social History*, Vol. 26, 1992,

D’OLIVEIRA, J. B. China. **“Os ciganos do Brasil”**, *Revista do Museu Paulista*, Tomo XXI, 1936,

GILSENBACH, R. **Weltchronik der Zigeuner, Teil I: Von den Anfaengen bis 1599**, Frankfurt am Main: Peter Lang

HANCOCK, IAN. **Danger! Educated Gypsy, Selected Essays**. University of Hertfordshire. 2010.

HARARI, Yuval Noah. **Sàpiens: Una breu història de la humanitat**. Traduït per Marc Rubió. Edicions 62. Barcelona. 2014.

IPEA, **Brasil em Desenvolvimento: Estado, Planejamento e Políticas Públicas**. 2015.

LOMBROSO, Cesare. **Crime, its causes and remedies**. 1899.

LOMBROSO, Cesare, 1885-1909. **O homem delinqüente / Cesare Lombroso**; tradução Sebastião José Roque. São Paulo: Ícone, 2007. - Coleção fundamentos de direito.

LUHMANN, Niklas, **O direito da sociedade / Niklas Luhmann; tradução Saulo Krieger; tradução das citações em latim Alexandre Agnolon**. – São Paulo: Martins Fontes - selo Martins, 2016. 2,0 Mb; ePUB

MASCARO, Alysson. **Introdução ao estudo do Direito**. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2013

MARTÍN, David: **El Pueblo Gitano en Euskal Herría** .Bilbao. Txalaparta. 2017

MARTÍNEZ DHIER, A. **Los gitanos en Andalucía en el antiguo régimen: de “peregrinos” a “marginados”**. *In* F. J. García Castaño y N. Kressova. (Coords.). Actas del I Congreso Internacional sobre Migraciones en Andalucía (pp. 2107-2117). Granada: Instituto de Migraciones. 2011.

MARUSHIAKOVA, Elena; POPOV, Vesselin. **Who are the Roma?**

MOONEN, Frans. **Anticiganismo e Políticas Ciganas na Europa e no Brasil**. Recife. 2013

MORAES FILHO, Mello. **Os Ciganos no Brazil: Contribuição Etnográfica**. B.L Gartner. Rio de Janeiro. 1886.

MUNANGA, Kabengele . **Negritude: Usos e Sentidos**, 2ª ed. São Paulo: Ática, 1988

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a Mestiçagem no Brasil: Identidade nacional Versus**

NADER, Paulo. **Introdução ao Estudo do Direito**;, 21ª edição. Rio de Janeiro. Forense, 2001.

NOGUEIRA, Octaciano. **1824 / Octaciano Nogueira. Coleção Constituições brasileiras ; v. 1 — 3. ed.** — Brasília : Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2012.

PALMIRENO, Juan Lorenzo. **El estudioso cortesano**, 35-36, Alcalá de Henares. 1573

PIERONI, Geraldo. **Vadios, Heréticos e Bruxas: os degredados portugueses no Brasil-Colônia**. Tese de Mestrado em Ciências Sociais. UFBA. 1991.

PIOVESAN, Flávia. Op. Cit *In* PIOVESAN, Flavia. **Direitos sociais, econômicos e culturais e direitos civis e políticos. Sur, Rev. int. direitos human.**, São Paulo , v. 1, n. 1, p. 20-47, 2004.

REZENDE DE CARVALHO, Maria Alice, Cidadania e Direitos, *In* Agenda Brasileira, BOTELHO; SCHWARCZ

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do contrato Social**. 1762.

- SANT'ANA, M. de L.: **Os ciganos: aspectos organizacionais de um grupo cigano em Campinas**. São Paulo. USP. 1983.
- SCHENK, M. **Rassismus gegen Sinti und Roma**, Frankfurt am Main: Peter Lang. 1994.
- SCHWARCZ, Lília. **Nem preto, nem branco, muito pelo contrário**. p. 86. Claro Enigma. 2012
- Identidade Negra**. Petrópolis: Ed.Vozes, 1999.
- TÁCITO, Caio. **1988. Coleção Constituições brasileiras ; v. 7**. Terceira edição. — Brasília : Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas. 2012.
- TEIXEIRA, Rodrigo Corrêa. **História dos ciganos no Brasil** / Rodrigo Corrêa Teixeira – Recife – Núcleo de Estudos Ciganos, 2008
- VAN KAPPEN, O. 1965. **Geschiedenis der zigeuners in Nederland: de ontwikkeling van de rechtspositie der heidens of egyptenaren in de noordelijke Nederlanden (1420-1750)**, Assen: Van Gorcum
- WELLS, James William. **Explorando e viajando três mil milhas através do Brasil; do Rio de Janeiro ao Maranhão**, v. 1. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro; Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1995. (Original: 1886),